ANAIS

N. 1

Universidade Federal do Amazonas
Manaus-AM
Setembro, 2016

1º ENCONTRO LOCAL DO NÚCLEO MANAUS DA ABRAPSO

Saberes e Fazeres da Psicologia Social no Amazonas

23 e 24 de setembro de 2016
Universidade Federal do Amazonas

ANAIS

REALIZAÇÃO

ABRAPSO
Núcleo Manaus/AM

Faculdade de Psicologia

APOIO

Conselho Federal de Psicologia

capsi

CRP 20

UEA EDIÇÕES

FACULDADE DE PSICOLOGIA
Diretora: Iolete Ribeiro Da Silva

ASSOCIAÇÃO BARSILEIRA DE PSICOLOGIA – ABRAPSO

NÚCLEO MANAUS
Coordenadora: Camila Ribeiro da Silva
Secretário: Gerson Bento de Oliveira
Tesoureira: Adria Lima de Sousa
Suplente: Kelly Pereira Uchoa

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adinete Mezzalira
Adria de Lima Sousa
Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira
Ana Cristina Fernandes Martins
Andrews do Nascimento Duque
André Luiz Machado das Neves
Dayse da Silva Albuquerque
Enio de Souza Tavares
Felippe Otaviano Portella Fernandes
Fernanda Priscilla Pereira Calegare
Herbert Santa Garcia Oliveira
Iolete Ribeiro da Silva
Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Maria Inês Gasparetto Higuchi

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana Dias Ramos
Josiane de Souza Medeiros
Adria de Lima Sousa
Andrews do Nascimento Duque
Ane Caroline Coutinho Nunes
Dayse da Silva Albuquerque
Fernanda Priscilla Pereira Calegare
Gerson Bento de Oliveira
João Lucas da Silva Ramos
Camila Ribeiro da Silva
Kelly Pereira Uchoa

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade do Estado do Amazonas
Editora Universitária

Encontro Local do Núcleo Manaus da Abrapso (1. : 2016 : Manaus, AM).
Anais do Encontro Local do Núcleo Manaus da Abrapso: saberes e fazeres da psicologia social no Amazonas/ Organizado por André Luiz Machado das Neves; Fernanda Priscilla Pereira da Silva; Camila Ribeiro da Silva. – Manaus: UEA Edições, 2017.
92 p. : il. color. ; 30 cm.

Anais do I Encontro Local do Núcleo Manaus da Associação Brasileira de Psicologia Social realizado na Universidade Federal do Amazonas no período de 23 e 24 de setembro de 2016.
ISSN 978-85-7883-415-9

1. Psicologia social - Aspectos teóricos e práticos - Amazonas. 2. Psicologia social - Aspectos éticos e políticos - Amazonas. 3. Psicologia social - Congressos. I. Título.

APRESENTAÇÃO

I ENCONTRO LOCAL DO NÚCLEO MANAUS DA ABRAPSO

A realização do I Encontro Local do núcleo Manaus da ABRAPSO incorpora a premissa de que, por meio de atividades como essa, é possível construir espaços de reflexão sobre a produção técnico-científica da área e, assim, tecer aproximações relacionadas às distintas políticas públicas em âmbito local. A proposta pauta-se na perspectiva de que é necessário fortalecer o cenário de saberes e fazeres no contexto amazônico com o intuito de produzir diálogos entre profissionais e estudantes. Para tanto, a metodologia de grupos de trabalho (GT) e a realização de minicursos é voltada para a superação de desafios percebidos nesse contexto, de modo que a construção de proposições ocorra de modo conjunto, focada em uma realidade concreta e vivenciada por aqueles que se colocam à disposição em participar desses diálogos. As temáticas incluídas nos GT refletiram questões próprias das produções que têm sido construídas através das atuações de profissionais e estudantes da cidade de Manaus. Almeja-se que o encontro local sirva para impulsionar e valorizar ainda mais essas produções e que permita o compartilhamento de experiências desses atores, dando voz e vez à psicologia amazonense e aos seus desafios. A partir disso, buscar-se-á construir uma rede entre os participantes do evento no sentido de fortalecer a categoria profissional e acadêmica da psicologia social em seus diversos contextos de atuação.

SOBRE A ABRAPSO

Fundada em 1980, a ABRAPSO constitui-se em importante espaço de intercâmbio e posicionamento crítico frente a perspectivas naturalizantes e a-históricas de produção de conhecimento e intervenção política em nossa sociedade.

Quem integra a ABRAPSO?

A ABRAPSO é composta por profissionais (pesquisadores, psicólogos, militantes, gestores públicos) e estudantes (em processo de graduação ou pós-graduação), que, por meio do ensino, investigação, aplicação ou difusão, contribuem para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil.

Os associados da ABRAPSO têm direito a obter descontos substanciais nos encontros nacionais e regionais e em cursos promovidos pela entidade, além de participar da entidade e obter notícias periódicas.

Objetivos

1. Congregar pessoas que se empenham no desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil;
2. Garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e práxis da Psicologia Social no Brasil;
3. Propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social;
4. Promover a integração da Psicologia Social com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica;
5. Incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social.

Ações

Para atingir suas finalidades, a ABRAPSO desenvolve as seguintes atividades:

- Promove, ministra, realiza, organiza, assiste, incentiva e participa de atividades técnico-científicas, tais como: congressos, cursos, palestras, seminários, debates, conferências e reuniões;
- Promove a edição e publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social;
- Mantém relações institucionais de âmbito nacional e internacional visando a cooperação com entidades afins;
- Manifesta-se publicamente em relação a problemas sociais, com vistas à promoção da justiça social.

SOBRE O NÚCLEO

O núcleo Manaus é um Núcleo da ABRAPSO, portanto, tem por objetivo articular estudantes e profissionais de Psicologia e áreas afins no sentido de promover o diálogo entre as pesquisas, as produções teóricas e metodológicas da Psicologia Social Crítica, as questões emergentes da região amazônica e promover a transformação da realidade local.

A fundação do núcleo Manaus ocorreu no dia 30 de novembro de 2011. Desde então, com algumas descontinuidades, diversas foram as atividades do núcleo, como seminários, palestras, debates, cinedebates, mesas redondas etc. No entanto, núcleo somente foi oficializado nacionalmente no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO ocorrido em outubro de 2013 na cidade de Florianópolis-SC, momento no qual os presentes no evento sugeriram a possibilidade de Manaus sediar o IV Encontro Regional Norte e Nordeste da ABRAPSO. A realização do encontro das Reginais Norte e Nordeste em 2014 teve como desdobramento a adesão de diversos associados e desde então, o Núcleo tem buscado se manter ativo, com promoção de discussão e estranhamento da desigualdades sociais e opressão.

Como resultado de seu fortalecimento, o núcleo busca pautar suas ações nos seguintes **princípios**:

1. Luta pela superação do modelo social atual
2. Compromisso com as classes menos favorecidas
3. Diálogo e horizontalidade
4. Fortalecimento político da classe
5. Interdisciplinaridade
6. Respeito e defesa a diversidade
7. Relações sociais pautadas nos princípios éticos
8. Não naturalização dos fenômenos humanos

Pautados nestes ideais, a ABRAPSO núcleo Manaus pretende empreender suas ações em diversos espaços acadêmicos, políticos, profissionais etc., aliando-se aos movimentos sociais em busca da promoção da transformação social.

SUMÁRIO

RESUMOS DE COMUNICAÇÃO ORAL **11**

GRUPO DE TRABALHO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA NO AMAZONAS 12

CINE CAPS - "CINEMA FAZ BEM PARA A CABEÇA": UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. 13

UM RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE VOLTADAS A COMUNIDADE LGBT EM MANAUS 14

CONHECENDO OS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL NA CIDADE DE MANAUS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 15

ARTE E INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO AMAZONAS: CON-TRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE 'EFEITO DE BORDA' 16

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO SOCIAL DA SAÚDE NO ÂMBITO DA CLÍNICA DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPÉDIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS . 17

A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DISPONÍVEIS AO USUÁRIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 18

SENTIDOS DE SEXUALIDADE ENTRE MULHERES IDOSAS: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA 19

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE IMERSÃO NA REALIDADE DO SUS EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS 20

A MEDICALIZAÇÃO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DO ENSINO DA DANÇA 21

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS 22

O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: PROCESSO CORROBORATIVOS DA DANÇA 23

O CONSELHO DE PSICOLOGIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO POLITICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO TRABALHADORAS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA NO FÓRUM DOS TRABALHADORES DO SUAS 24

A DROGA DA OBEDIÊNCIA: LEVANTAMENTO SOBRE CONSUMO DE METILFENIDATO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM 25

GRUPO DE TRABALHO 2 - DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E A PSICOLOGIA SOCIAL. 26

SENTIDOS DE RELAÇÕES DE GÊNERO PRODUZIDOS POR ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NA PERIFERIA DA CIDADE DE MANAUS 27

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MANAUS: É PRECISO DEBATER 28

CÁRCERE PRIVADO: QUANDO TODOS FALHARAM 29

VIVÊNCIAS DE FEMINILIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÕES TÉCNICAS EM MANAUS/AMAZONAS 30

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM TEMPOS DE "IDEOLOGIA DE GÊNERO"..... 31

MULHERES, HISTÓRIAS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE MULHERES ATENDIDAS NO CREAM EM MANAUS-AM 32

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIAS NA ESCOLA 33

AS RELAÇÕES PRODUTIVAS E A PERCEPÇÃO SOCIAL DOS MÚLTIPLOS PAPÉIS SOCIAIS DA MULHER 34

A EXPERIÊNCIA DE UMA ESTAGIÁRIA EM PSICOLOGIA NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 35

TRANSEXUALIDADE, SAÚDE E DIREITOS SOCIAIS 36

OLHANDO A FAMÍLIA COM HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E/OU NA ADOLESCÊNCIA. 37

CONFLITOS INTERPESSOAIS OU QUESTÕES JUDICIAIS? SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DO VIVER NA CONTEMPORANEIDADE 38

GRUPO DE TRABALHO 3 - POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO AMAZONAS E DEMANDAS URBANAS E NÃO-URBANAS 39

OS FESTEJOS SEGUNDO OS MORADORES DO PARQUE RIACHUELO I 40

ATUAÇÃO ÉTICA DO PSICÓLOGO EM COMUNIDADES DE MANAUS 41

INCENTIVO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA 42

YEPA MAHSÃ: PENSANDO UMA PSICOLOGIA CONTEXTUALIZADA 43

A RELAÇÃO ENTRE SENTIMENTO DE PERTENÇA E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO EM UM BAIRRO DA CIDADE DE MANAUS 44

EMBATES ENTRE SABERES ACADÊMICOS E INDÍGENAS NO PPG DA UFAM 45

RESUMOS DE APRESENTAÇÃO DE PÔSTER 46

O PAPEL DOS CAPS'S NO ATENDIMENTO À SAÚDE MENTAL EM MANAUS – AM 47

DO PORTÃO PARA DENTRO E DO PORTÃO PARA FORA: A VIDA DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA 48

OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR 49

DIVERSIDADE SEXUAL 50

OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA 51

RELACIONAMENTOS SOCIAIS: O EU E O OUTRO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO 52

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA JUNTO AO PACIENTE EM HEMODIÁLISE, E O APOIO A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL 53

RESUMOS EXPANDIDOS 54

UM RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE VOLTADAS A COMUNIDADE LGBT EM MANAUS 55

MEDICALIZAÇÃO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DO ENSINO DA DANÇA 58

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS 62

O CONSELHO DE PSICOLOGIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO POLITICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA NO FÓRUM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL 65

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MANAUS-AM: É PRECISO DEBATER 69

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS:RELATO DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM TEMPOS DE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”..... 72

MULHERES, HISTÓRIAS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE MULHERES ATENDIDAS NO CREAM EM MANAUS – AM 76

AS RELAÇÕES PRODUTIVAS E A PERCEPÇÃO SOCIAL DOS MÚLTIPLOS PAPÉIS SOCIAIS DA MULHER 80

DO PORTÃO PARA DENTRO E DO PORTÃO PARA FORA: A VIDA DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA 83

OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR 86

RELACIONAMENTOS SOCIAIS: O EU E O OUTRO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO 90

RESUMOS DE COMUNICAÇÃO ORAL

GRUPO DE TRABALHO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA NO AMAZONAS

COORDENADORES:
ADRIANA ROSMANINHO CALDEIRA DE OLIVEIRA
ANDRÉ LUIZ MACHADO DAS NEVES

Este Grupo de Trabalho reúne trabalhos acerca das relações da Psicologia com a sociedade e com o Estado, que inscrevem a Psicologia como dispositivo de luta pela garantia dos direitos de cidadania e pela reafirmação, construção, avaliação e reformulação de políticas públicas no estado do Amazonas.

Serão acolhidos pesquisas, ensaios teóricos ou relatos de experiência que pensem na produção científica e na atuação profissional ligada às distintas políticas públicas: ambiental, assistência social, educação, saúde, segurança pública, entre muitas outras; promovam discussões sobre os processos de trabalho desenvolvidos em diversos campos de atuação com diferentes públicos e desenvolvam a interligação entre o ato de pesquisar, o compromisso político com a transformação social, o enfrentamento das urgências e o compromisso com o bem comum.

Temas relacionados: formulação, implementação, análise e controle social de políticas públicas; estudos e intervenções direcionados a diferentes práticas comunitárias, organizativas e grupos/movimentos sociais formais ou informais; questões políticas, competências, habilidades e conteúdos diretamente relacionados ou afins a Psicologia Social, ferramentas conceituais e metodológicas etc.

CINE CAPS - "CINEMA FAZ BEM PARA A CABEÇA": UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Cássio Péres Fernandes, Felipe Gonzaga de Carvalho Gondim, Eliza do Amaral Silva Ferreira, Tayná da Silva Dalavale, Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira

O trabalho em questão objetiva explanar acerca do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE): Cine CAPS – "Cinema faz bem para a cabeça". O projeto, realizado em três CAPS da cidade de Manaus, consiste na apresentação de longas metragens exibidos para os usuários da rede pública de saúde, com o intuito de levar entretenimento, num momento inicial e, em seguida, formar rodas de conversas e debates sobre o que foi assistido, além de quaisquer temas que possam surgir, suscitando conteúdos que podem ser divididos com os demais integrantes, dando espaço para o protagonismo grupal a fim de estabelecer uma rede de comunicação proveitosa, que possa contribuir para a qualidade de vida dos seus participantes. Apesar de acontecer em diferentes turnos e locais, o projeto a ser desenvolvido trará um relato de experiência dos alunos e colaboradores participantes do CAPS III, realizado às quartas-feiras, no turno matutino. O objetivo geral do trabalho consiste em oferecer um espaço de cultura e lazer para os usuários do CAPS através de Oficina Terapêutica de cinema; os objetivos específicos são: Possibilitar um espaço de integração social entre os usuários do CAPS e a rede de apoio familiar dos mesmos e promover um momento para debate e reflexão dos usuários do CAPS e seus familiares. Após a Reforma Psiquiátrica, surgem os CAPS, voltados para usuários com transtornos mentais graves, enfatizando sua reinserção social, promovendo cidadania e cuidado ao usuário de saúde mental (Ministério da Saúde, 2004). Dentro deste contexto, as oficinas terapêuticas visam estimular o desenvolvimento do pensar coletivo, abrindo espaço para as diversidades, respeitando as subjetividades e capacidades de cada sujeito (AZEVEDO ET AL, 2011); a oficina terapêutica Cine CAPS, mais especificamente, propõe uma expressão criativa de seus conflitos. O programa trouxe bons resultados até o presente momento, pois se presenciou a formação de vínculos de qualidade entre estudantes, colaboradores e usuários; criação de espaços de interação entre usuários e familiares e expressão de suas angústias, o que contribuiu para o surgimento de um apoio mútuo entre estes, mostrando-se dispostos a se ajudarem, estabelecendo-se assim, uma rede de apoio onde o sentimento de protagonismo dos usuários foi percebido pela equipe; tudo isso a partir de conteúdos vistos nos filmes, que puderam servir de ponto de partida para o diálogo voltado para a realidade de cada um. Acredita-se que o trabalho é relevante para a Psicologia Social porque vem para reforçar este espaço de coletividade, ao unir entretenimento e espaços para as manifestações mais variadas de opiniões e expressão de sentimentos, tendo como plano de fundo um ambiente livre de julgamentos, onde se valoriza a autonomia, consistindo uma maneira criativa e atraente de se fazer Psicologia na rede pública de saúde.

UM RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE VOLTADAS A COMUNIDADE LGBT EM MANAUS

Caroline Brandão Dantas, Thaynara Reis do Nascimento

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das políticas de saúde voltadas a comunidade LGBT executadas em Manaus. No âmbito do Programa Brasil sem Homofobia de 2004, foram elencadas uma série de ações voltadas ao direito à saúde dos LGBTs, que desencadearam a Política Nacional voltada a esse segmento. Objetivamos identificar se no âmbito municipal, há programas específicos de atenção à saúde LGBT com fulcro na Política Nacional, percebendo se de fato essa população consegue acessar aos serviços de saúde de forma efetiva. A saúde é um direito que assiste a todos os cidadãos brasileiros, sendo um dever do Estado proporcioná-la. Contudo, sabe-se que o acesso a esse direito se realiza de forma muitas vezes precárias. Quando nos debruçamos sobre as especificidades do Amazonas, aprofunda-se o cenário adverso, principalmente para a população LGBT. Estudos realizados pelo Grupo Gay da Bahia apontam que o estado do Amazonas, proporcionalmente, é o mais homofóbico do país. Como forma de enfrentamento a discriminação sofrida pela comunidade LGBT, o governo federal propôs o PNDH-3 que contemplava diversas ações voltadas aos LGBT. Na área da saúde fora lançado em 2010 pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, reconhecendo assim, as especificidades de saúde desses sujeitos, que por conta do estigma a que estão submetidos são alvos constantes das mais diversas violações de direitos, sendo uma destas expressões a negação ao direito à saúde. Este estudo assume a abordagem qualitativa, utilizamos revisão bibliográfica conjugada com as experiências e reflexões oriundas da Ação de Extensão da qual participamos intitulada "Conversando sobre saúde com mulheres LGBT". A Política Nacional de Saúde tem como escopo a redução das desigualdades e a promoção da equidade, constituindo-se em uma das bases do Programa Mais Saúde - Direito de Todos lançado no ano de 2008. No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Saúde - Semsa promove ações preventivas acerca das DSTs/AIDS, com testes rápidos e distribuição de insumos de prevenção contra as DSTs, bem como orientações sobre a utilização das formas de prevenção. A intervenção aconteceu por meio de conversas e orientações sobre os direitos desse público. Em 2016, o Mistério da Saúde lançou uma campanha nacional direcionada para a melhoria da saúde do homem, implementada nas Unidades Básicas de Saúde - UBSs, sendo nestes locais desenvolvidas atividades voltadas para o público masculino, especialmente gays e bissexuais. Pretendemos com este trabalho promover reflexões sobre as políticas de saúde para os LGBT em Manaus, como forma de visibilizar as especificidades deste público na cidade e propor melhorias na condução destas políticas, com vistas à redução da desigualdade no que tange ao acesso à saúde. Ressalte-se que o governo estadual, criou sob a gestão da Sejusc, uma gerência de diversidade e gênero, que atende, encaminha demandas e implementa ações voltadas a este público. No entanto, a nível municipal não temos ações efetivas em forma de políticas ou programas que contemplem tal segmento.

CONHECENDO OS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL NA CIDADE DE MANAUS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcela Lobo, Larissa Costa

Após a luta pelo fim do tratamento manicomial, surgiram como proposta de atendimento em saúde mental projeto como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tipos I,II, III, AD e infantil, as residências terapêuticas, residências temporárias e uma série de dispositivos de atenção territorial e comunitária. Dentro do grupo de estágio em psicologia social, nos foi proposto pensar a atuação dos serviços de saúde mental na cidade de Manaus. Existem serviços suficientes e eficientes? A população conhece esses serviços? A discussão abordará questões que surgiram após a visitação de dois serviços de saúde mental na cidade de Manaus: O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas Dr. Afrânio Soares, (CAPS AD); e o Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos Abdel Aziz (CRDQ). Em cada serviço a equipe de alunos foi recebida pelos diretores, os quais apresentaram a proposta e o local para a equipe. O dispositivo CAPS AD III foi criado para servir ao usuário que faz uso prejudicial de álcool e drogas utilizando-se de um planejamento individual de tratamento em liberdade, buscando uma reinserção social. Questões como a existência de um único CAPS AD na cidade e a localização de acesso inviável dos mesmos foram discutidas. Fugindo do modelo manicomial, a proposta é ocupar o local e fazer dele um lugar de interações e trocas. Porém, a realidade encontrada foi um CAPS pouco ocupado. As oficinas oferecidas também se tornaram foco da discussão quando se tratou da real função das mesmas. Seria um lugar para distrair os usuários? Profissionaliza-los? Ou primordialmente proporcionar um espaço para trocas e reflexões? Já o CRDQ, trata-se de uma instituição para reabilitação em álcool e drogas que funciona em formato de internação. Localizado nos limites da cidade de Rio Preto da Eva, tendo como porta de entrada os serviços de saúde pública ou por meio de determinações judiciais. O serviço trabalha com a política de redução de danos, porém há controvérsias sobre o funcionamento dessa proposta. Os internos participam de oficinas, onde mais uma vez questiona-se a real proposta das mesmas, durante o dia todo. Os internos não ficam responsáveis pela sua própria roupa ou comida, outro ponto que nos fez questionar o quanto isso torna o tratamento artificial. Questões como a existência ou não de benefícios que uma internação pode oferecer e um tratamento em liberdade supostamente não poderia trazer, são colocadas em xeque quando se discute sobre reinserção social, mudança de realidade e resiliência. Portanto, com a realização do trabalho busca-se proporcionar um ambiente para discussão do tema acerca da atuação desses serviços na cidade de Manaus, sua eficiência, como ou se as informações sobre a disponibilidade dos dispositivos são conhecidas e como proporcionam uma reinserção na sociedade.

ARTE E INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO AMAZONAS: CON-TRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE 'EFEITO DE BORDA'

Ricardo Pereira da Silva Oliveira, Cláudia Regina Brandão Sampaio

A vulnerabilidade que envolve o cotidiano de adolescentes tem desafiado a implementação de modelos interventivos que superem os limites das práticas ditas tradicionais. A arte tem sido um recurso utilizado em diversos contextos, ainda que sua aplicação nem sempre considere propósitos transformadores e seus resultados não sejam avaliados no sentido de possibilitar melhor dimensionamento dos seus alcances. Grande parte das ações realizadas são assistemáticas e carecem de avaliação e investigação científica. O Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS - vem realizando projetos de pesquisa visando ampliar o conhecimento sobre o potencial existente nas ações – serviços, projetos, programas – em especial voltados a adolescentes em vulnerabilidade social no contexto amazônico. Um destes projetos é um estudo local com adolescentes participantes de um projeto artístico vinculado a uma política cultural no estado do Amazonas que produziu dados cuja riqueza de informações ainda demanda maiores investimentos de análise. A partir dos resultados deste projeto, tivemos como objetivo compreender o processo de emergência de recursos redutores de vulnerabilidade através de intervenções que envolvem arte, verificando em que aspecto tais recursos relacionam-se ao efeito de borda como maximizador de tais processos, a partir do resultado de pesquisas junto a adolescentes em contexto de vulnerabilidade. Utilizamos como métodos primariamente a Revisão Sistemática e a Sistematização da análise de dados a luz da Grounded Theory. Analisamos os dados obtidos na revisão sistemática tendo como base teórica os conceitos de adolescência e vulnerabilidade na perspectiva da Psicologia Sócio Histórica, o conceito de arte e intervenção a partir da arte, o conceito de Efeito de Borda (Edge Effect) e, por último, o trabalho na Borda Ecológica sob uma perspectiva da Psicologia Comunitária. Identificamos no projeto artístico os recursos disponibilizados pelos grupos envolvidos, as alianças, que geraram uma diversidade de efeitos de borda, e confrontos, que dificultaram o compartilhamento de recursos. Por fim identificamos as possibilidades de maximização dos efeitos de borda que aumentariam o potencial de redução de vulnerabilidade dos participantes do projeto artístico. A análise articulada dos resultados obtidos mostra que é necessário compreender aspectos dos processos que envolvem a prática intervencionista como processo psicossocial complexo na construção de relações dialógicas e dialéticas que interferem diretamente na emergência e continuidade dos recursos usados por adolescentes para enfrentar e mudar seus quadros de vulnerabilidade. Constatou-se a possibilidade de melhor aproveitamento dos recursos presentes durante a realização do projeto artístico, porém, compreendendo o conceito de efeito de borda como o resultado do compartilhamento sustentável de recursos, podemos entender que este potencial não foi totalmente aproveitado.

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO SOCIAL DA SAÚDE NO ÂMBITO DA CLÍNICA DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPÉDIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS

Fabiane Aguiar Silva, Jocenir Carvalho Ferreira, Caren Priscila Wanderley da Silva.

Compreendendo que o processo de saúde-doença se caracteriza pela complexidade e por determinantes sociais, a assistência à saúde demanda cada vez mais uma abordagem interdisciplinar do paciente e sua situação de saúde. Para tanto, o trabalho no âmbito hospitalar deve abranger não só o paciente, mas também o cuidador, visto que estes são corresponsáveis na produção de saúde. A partir da inclusão do paciente, seu cuidador e o contexto social, histórico e cultural destes, a saúde se processa por vias mais participativas e coletivas. Assim, a equipe multiprofissional de saúde da clínica de traumatologia e ortopedia do Hospital Universitário Getúlio Vargas produziu encontros que objetivaram favorecer um espaço de encontro para educação em saúde sob configuração multiprofissional e coletiva junto aos cuidadores e pacientes. As atividades visavam o empoderamento dos envolvidos na produção da saúde. Foram discutidos junto à equipe, pacientes e acompanhantes, temas pertinentes à produção social de saúde e a partir destes, criou-se um cronograma de assuntos a serem explanados nos encontros. Os temas abordaram através de rodas de conversa o cuidado, humanização, prevenção e promoção de saúde, cidadania, vínculos e rotinas. Os encontros ocorreram no corredor da clínica ortopédica, nas enfermarias e no posto de enfermagem com utilização de recursos como banners e folders. Foram realizados encontros entre a equipe de saúde em si, entre equipe e cuidadores e entre equipe, pacientes e cuidadores. Tais iniciativas orientaram-se a partir das diretrizes da Clínica ampliada e do fomento às grupalidades, coletivos e redes preconizados pela Política Nacional de Humanização. Como resultados alcançados em relação a pacientes e cuidadores, mencionam-se: a ampliação do sentido de cuidado pelos acompanhantes e pacientes, bem como, o empoderamento construído através da troca de conhecimento a partir de discussões sobre cidadania e saúde. Como resultados nos processos de trabalho: o projeto foi institucionalizado e permanece sendo desenvolvido na clínica, foi fomentado a grupalidade na equipe de saúde, a equipe passou a participar de atividades em grupo para discutir humanização e foram produzidos banners que poderão ser utilizados pelas demais clínicas do hospital. O trabalho clínico com o sujeito, seu quadro de saúde, o cuidador e o contexto destes possibilita a produção social da saúde, fomentando a autonomia do sujeito, da família e da comunidade. A assistência à saúde na alta complexidade necessita se desenvolver cada vez mais sob a estratégia da clínica ampliada de forma que pacientes, cuidadores e profissionais possam dialogar de forma a alcançar uma linguagem comum e expandida para o cuidado de todos a partir da integralidade. As discussões de temas que envolvem a produção social da saúde podem ser potencializadas pela alta complexidade de forma a complementar a abordagem na atenção básica, conferindo a integralidade à assistência em saúde.

A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DISPONÍVEIS AO USUÁRIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

André Edson Magarão Schramm

Quando se aborda a questão do tratamento dos transtornos por uso de substâncias (Álcool e Drogas) é notório o desalinhamento entre os profissionais que atuam na área em face do antagonismo ideológico existente. O resultado dessa incompatibilidade ideológica é a baixa qualidade no suporte ao grande público que necessita de ajuda. Em consequência a essa problemática é comum que as informações prestadas ao indivíduo, que busca o tratamento em dependência química nos serviços de saúde, sejam limitadas ou tendenciosas. Esse trabalho é oriundo da experiência profissional deste pesquisador que atua há dezenove anos no tratamento de transtornos por uso de substâncias, sendo os dois últimos anos em um Centro de Reabilitação na cidade de Rio Preto da Eva e tem como objetivo apresentar a problemática da qualidade das informações prestadas pelo serviço de saúde aos indivíduos que procuram tratamento para a dependência química. A fim de obter uma posição a respeito deste assunto foi realizada uma pesquisa com os meios de divulgação digitais oferecidos aos indivíduos que buscam informações sobre tratamento para a dependência química. Acessaram-se sítios eletrônicos de busca, utilizando-se as palavras chaves “recuperação das drogas” e “clínica para recuperação das drogas”, visto serem as mais utilizadas para quem busca informações. Entretanto, em todos os sítios eletrônicos acessados, foram encontradas poucas informações a respeito do assunto e com um conteúdo muito restrito. A maior parte das informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos está relacionada a vertentes ideológicas e religiosas ou ao senso comum. A carência de Políticas Públicas direcionadas ao tratamento de indivíduos dependentes químicos contribui para a desinformação da população, favorecendo a perpetuação de mazelas sociais advindas do uso de álcool e drogas como a violência. Vislumbra-se a elaboração de Políticas Públicas voltadas ao esclarecimento dos diversos modelos de tratamento disponíveis na rede de saúde, possibilitando ao usuário um serviço de qualidade quanto às informações prestadas. Informações claras e precisas oferecerão aos usuários do serviço de saúde a possibilidade de escolher métodos mais próximos de seus valores e crenças pessoais, facilitando a quebra de barreiras e o paradigma de que “não tem mais jeito”. Verifica-se ainda a necessidade de capacitar os profissionais que atuam nesta área para que possam realmente oferecer auxílio aos indivíduos que necessitam de ajuda no tratamento à dependência química. Por fim, traz-se esse tema, que se relaciona com o grupo de trabalho sobre Políticas Públicas, para enfatizar a necessidade da participação ativa do governo e dos profissionais que atuam na área para a melhoria da qualidade das informações.

SENTIDOS DE SEXUALIDADE ENTRE MULHERES IDOSAS: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

Estephania de Lima Oliveira, André Luiz Machado das Neves, Iolete Ribeiro da Silva.

O envelhecimento traz alterações importantes nos aspectos físicos e emocionais das pessoas, porém os sentimentos e as sensações não se modificam com a idade. A sexualidade, por exemplo, pode ser vivida nessa fase da vida. Buscou-se compreender a sexualidade, neste trabalho, numa perspectiva ampla, não se limitando ao ato sexual ou ao coito. É vista, portanto, como uma manifestação presente em todas as fases da vida de um ser humano. Com esse viés, o trabalho teve o objetivo de compreender os sentidos da sexualidade construídos por mulheres idosas. Realizou-se pesquisa de campo com abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório. Os dados, coletados por meio de entrevista semiestruturada, foram analisados a partir da proposta de núcleos de significação para apreensão dos sentidos. Emergiram os seguintes núcleos: Ato sexual: sexo como obrigação, já estamos enjoadas, já queremos é sossego!; Eu não tenho mais aquela vontade: a culpa é da doença; e Eu estou com muita vontade de fazer sexo: eu ainda gosto! Concluiu-se que os sentidos de sexualidade construídos pelas idosas participantes deste estudo evidenciam um claro direcionamento em dois grupos: as mulheres que "não têm mais vontade de fazer sexo" e as que ainda referem fazê-lo. O estudo indica que a psicologia tenha um olhar pormenorizado acerca da sexualidade do idoso, e que o psicólogo, ao se inserir em instituições que trabalham com idosos, como a que foi estudada, possa ter uma escuta sensível e, ao perceber idosos com demandas semelhantes às evidenciadas neste estudo, busquem discutir temáticas, como namoro na terceira idade, sexo na terceira idade e masturbação – principalmente no contexto das mulheres, que têm historicamente sua sexualidade reprimida e silenciada. Os resultados indicam que é necessário que o psicólogo que atua com idosos trabalhe a temática sexualidade numa perspectiva crítica e política, para que sua atuação vá além dos aspectos biológicos ou das categorias estruturadas sugeridas pelos tradicionais manuais de psicologia do desenvolvimento humano.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE IMERSÃO NA REALIDADE DO SUS EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS

Caio César de Alcântara Bonates

Neste relato, o VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde) abraça a democracia, as políticas públicas, a saúde coletiva e não só estes pontos como também pensa a democracia enquanto processo emancipador na transformação social, embasado na tríade universitária (extensão-pesquisa-ensino) e na lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990 do SUS, que abraça e defende a saúde como direito universal. A cidade de Urucará, localizada no interior do Estado do Amazonas é assistida pelo Sistema Único de Saúde e, chegando diretamente ao cerne da questão, se pode observar no município certas falhas referentes ao modo de como funciona e é compreendido o SUS neste lugar, no que tange o atendimento ao idoso. Prioritariamente devemos analisar o contexto sociocultural vigente, e como que estes indivíduos se vêem frente a esta realidade, o que leva ao entendimento das relações estabelecidas entre equipe multiprofissional e usuário. Para chegar a um denominador comum sobre o fato relatado aqui, se pode colocar que o modelo assistencial que atualmente funciona no município é pouco efetivo, tendo em vista que o gerenciamento do serviço sofre de falhas internas de comunicação entre servidores, o que acaba por enfraquecer a importância do serviço de atendimento, além de comprometer a dinâmica interpessoal na gestão em saúde. O grupo de encontro referenciado por Carl Rogers fundamentou a dinâmica aplicada aos idosos, contribuindo como parte da devolutiva realizada na cidade. A ideia principal era viabilizar o encontro entre os participantes e ajudar no processo de desenvolvimento grupal, voltado para a realidade em que se encontram e contribuindo como facilitador e participante do processo histórico de cada um.

A MEDICALIZAÇÃO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DO ENSINO DA DANÇA

Géssyca Renata de Lima Claudino, Lia Regina Costa de Miranda, André Luiz Machado das Neves.

O discurso social moderno, medicalizador, tem submetido os sujeitos de nossa sociedade a um modelo de viver, de estudar, de se relacionar, priorizando o controle e a disciplina. Aqueles que subvertem essas normas tendem a conviver em situações de exclusão social ou até mesmo na condição de patologizados ou uma "bioidentidade" como é o caso das pessoas com diagnóstico de TDAH, Dislexia e outras construções sociais dos saberes "psis" no Brasil. O presente trabalho emerge da hipótese de que a dança contribui para o processo de ponderância da medicalização na educação e que o ensino da dança, pode atuar como a primeira possibilidade para alunos considerados "indisciplinados". Buscou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica em bases de dados e livros sobre a temática, realizar uma análise crítica do fenômeno da medicalização social e da educação e as possibilidades de intervenções do ensino da dança. Deste modo, Conrad (2007) articula a definição de medicalização como um processo no qual problemas não médicos passam a ser compreendidos como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos. O ensino da dança é compreendido como uma arte que pode possibilitar com que o aluno aprenda de diferentes formas de expressão corporal e visa explorar as múltiplas potencialidades dos alunos. As artes, e, por sua vez, a dança, vem contribuir positivamente no desenvolvimento biopsicossocial do ser humano. Pois, o momento do ensino da dança, seria um lugar legitimado para o movimento, para externalizar a energia e o imaginário do indivíduo de modo que, conforme afirma Barros (2003), o corpo através da dança permitirá a otimização das possibilidades para atingir os objetivos relacionados à educação indo além de padrões normatizadores que a escola/educação tenta impor. A medicalização não possui necessariamente uma implicação negativa, ela pode ter vantagens e desvantagens. O ensino da dança, nesse aspecto, intervém no meio expressivo e crítico da figura humana, fomentando suas particularidades de forma positiva. Aquela criança que outrora fora "diagnosticada - medicalizada - patologizada" com alguma dificuldade de aprendizagem ou comportamento/disciplina, pode ser melhor compreendida em uma aula de expressão corporal, no qual vão ser fomentados a liberdade de movimento, a fala e sua inquietação será direcionada para a problematização dos valores morais vivenciados e/ou impostos pela sociedade atual. Falar desta temática é relevante para a pesquisa no âmbito da psicologia social, pois articula métodos que corroboram para o desenvolvimento psicossocial humano, que alocam-se no processo de medicalização social em seu cotidiano e nas escolas que permeiam a cidade de Manaus.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS

Joana Maria de Souza Lopes, Pamela Dias da Silva, Patricia da Silva Caldas, Francisca Renilma de Moura Marinho, Vanessa da Costa Balieiro, Rodrigo Parente Rosseti Sagadilha, Danilo Victor Vazal Quinta, Adria de Lima Sousa.

O trabalho é tema central na vida das pessoas. Essa centralidade não desconsidera a globalização, o neoliberalismo e portanto a relação com a escolha profissional. A escolha profissional ora como demanda ora como (im) possibilidade foi o foco do POP – Programa de orientação profissional - serviço oferecido por uma clínica-escola de Manaus com a finalidade de contribuir com a formação de finalistas de psicologia e como atividade que permitisse vivenciar as implicações dessa escolha diante de situações especificas no contexto social. O projeto buscou uma aproximação entre a fenomenologia-existencial e a psicologia sócio histórica a fim de possibilitar um fazer que transcenda um olhar em termos do "vocacional" buscando superar essa visão acrítica na psicologia e questionar o sujeito, compreendendo – o como produto e produtor de sua realidade. Relaciona-se com a proposta do GT 1 – Políticas Públicas e diálogos com a Psicologia no Amazonas pois relata uma experiência que abarca intervenções direcionados a diferentes práticas e oferece reflexões acerca da necessidade de se pensar em políticas públicas para atender essa demanda social – a escolha profissional - visto que o serviço só foi passível de ser ofertado para parte do público desse estudo mediante a prestação de um serviço gratuito oferecido por uma clínica-escola da cidade de Manaus a partir do POP. O POP foi projetado para acontecer simultaneamente com adolescentes do Ensino Médio: CRAS – Centro de Referência em Assistência Social e em uma escola privada da cidade de Manaus. Ambos locais ofereceram espaço físico e suporte mediante autorização das psicólogas, assistentes sociais (CRAS) e direção pedagógica (escola privada). Seu objetivo: desenvolver potencialidades dos adolescentes para facilitar a escolha profissional e o ingresso ou não na vida universitária e no mercado de trabalho. A estrutura planejada foi dividida em quatro etapas: Autoconhecimento e projeto de vida; Influência nas escolhas; Conhecimento das profissões e do mercado de trabalho; Avaliação do processo. As atividades previstas aconteceram sem nenhum impedimento na escola privada, entretanto no CRAS o objetivo dos encontros foi frustrado já que os participantes ao longo das atividades programadas estiveram impossibilitados de estar presentes, pois o fator econômico tanto apresentou-se como justificativa para a evasão como revelou-se como questão de inquietação e reflexões sobre as (im) possibilidades dessa escolha devido a fatores macrossociais. Urge a necessidade de se pensar em políticas públicas que potencializem projetos de vida e mudanças para que todos adolescentes possam tornar-se membros ativos da transformação social e não retroalimentando um sistema de desigualdades.

O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: PROCESSO CORROBORATIVOS DA DANÇA

Lia Regina Costa de Miranda, Ana Cláudia Cunha dos Santos

Articulando a dança e o desenvolvimento das habilidades sociais em crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pode-se perceber que estas vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social, da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização, da falta de acesso à educação e cultura, da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro, do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar, da oferta para o consumo de drogas e ao furto. Este trabalho investiga como a Dança Educativa pode favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais em crianças em situação de vulnerabilidade social. A mesma se deu através de uma metodologia qualitativa desenvolvida in loco onde se deu o estudo de caso com alunos de uma escola municipal da zona leste de Manaus, com aplicações de questionários, observação participante. A infância tem sido apontada como um período crítico para a construção das habilidades sociais. Para ter - se relacionamentos bem sucedidos, as crianças precisam adquirir habilidades sociais, que em um conceito simplificado, são um conjunto específico de comportamentos que uma pessoa emite ao realizar uma tarefa social. Essas tarefas sociais podem ser: fazer amizades, estar em grupo de colegas, realizar conversações, brincar, interagir e etc. Conceitualmente, as habilidades sociais são competências que: (a) facilitam a iniciação e manutenção de relacionamentos sociais positivos, (b) contribuem para a aceitação por colegas e (c) resultam em ajustamento escolar satisfatório. As habilidades sociais podem, portanto, ser definidas como comportamentos aprendidos e socialmente aceitáveis que permitem ao indivíduo interagir efetivamente com outros e evitar ou fugir de comportamentos não aceitáveis que resultem em interações sociais negativas (ELLIOTT & GRESHAM, 2008 apud DEL PRETTE, 2009, p. 21). Os déficits, ocasionados pela falta de estimulo adequado, são fatores de risco já que estão associados à problemas psicológicos, tais como condutas antissociais, desajuste escolar, dificuldades de relacionamento e suicídio. O estudo desta instância propõe uma intervenção da dança para corroborar no desenvolvimento das habilidades sociais dessas crianças, em situação de vulnerabilidade social, investigando de que modo tal arte pode alterar o estado comportamental dos alunos. “Corpos que dançam são corpos sociais receptivos e seletivos às vivências cotidianas (MAQUES, 2010, p.216).”. Deste modo por estar inserido no contexto Políticas Públicas e diálogos com a Psicologia no Amazonas onde reafirma a construção de pesquisa e formas de articular a dança na educação e na sociedade, formulando práticas e intervenções que reverberam no comportamento social, esta temática é relevante para a produção de pesquisa em Manaus que interliga com a busca da transformação social e busca pelo bem em comum.

O CONSELHO DE PSICOLOGIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO POLITICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO TRABALHADORAS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA NO FÓRUM DOS TRABALHADORES DO SUAS

Adriane Andrade Costa, Polyana Peixoto Pinheiro

Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia foram regulamentados como autarquias federais através do Decreto 79822/77, sendo estes últimos responsáveis por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e zelar pela observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região, criado através da Resolução CFP 005/2011, com sede administrativa em Manaus, atua nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, sendo nestes três últimos através de suas respectivas Seções. Os Conselhos devem assumir um papel ativo na construção de parcerias junto às universidades e outras instituições representativas da categoria com o intuito de qualificar a inserção da psicóloga e do psicólogo na sociedade, desde a formação inicial. Destaca-se também uma ampliação das concepções teórico-práticas no sentido da Psicologia como uma subjetividade inter-relacionada, o que implica na inserção da psicóloga e do psicólogo na sociedade e nas relações culturais, como agente e promotor de mudanças. Observa-se que a Psicologia encontra-se em um momento onde o diálogo trans e interdisciplinar com outras categorias está intensificado, diversificando assim o campo de atuação profissional e ocupando espaços que, historicamente, foram de outras áreas como a política pública de Assistência Social. A Assistência Social foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988 como políticas públicas de direitos, ao lado das políticas da Saúde e da Previdência Social; a Psicologia enquanto atuante neste contexto busca viabilizar espaços de expressão, autonomia e protagonismo na busca de enfrentamento e superação de situações de violação de direitos, identificando o campo de trabalho como expressão da realidade social promovendo cidadania e direito. O presente relato de experiência refere-se a uma reflexão sobre aproximações e desafios das psicólogas inseridas em equipes de referência da Secretaria Municipal da Mulher, Direitos Humanos e Assistência Social no município de Manaus junto ao CRP/20 e na representação desta autarquia no FETSUAS. A promoção da cidadania não perpassa apenas ao cidadão atendido pela política da Assistência Social, mas também ao trabalhador desta política ao se engajar política e socialmente pela implementação do SUAS e por melhores condições de trabalho através da ocupação dos espaços de controle social e movimento dos trabalhadores. É sobre esta atuação do trabalhador Psi que iremos falar, que hoje se reflete na representação do CRP/20 no FETSUAS, na Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) e no Núcleo de Educação Permanente (NUEP).

A DROGA DA OBEDIÊNCIA: LEVANTAMENTO SOBRE CONSUMO DE METILFENIDATO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM

Camila Ribeiro da Silva, Ana Cristina Fernandes Martins, Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, Iolete Ribeiro da Silva

O fenômeno da medicalização tem sido relatado como um dos problemas que tem afetado a educação, a saúde física e mental dos sócios de uma sociedade. O abuso da prescrição de metilfenidato é apontado como um dos indicadores desse fenômeno. O objetivo desta pesquisa foi realizar uma revisão de literatura sobre o uso abusivo do metilfenidato. Foram analisados relatórios oficiais e publicações da base Scielo, utilizando-se as palavras chave: metilfenidato, ritalina, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, TDAH, medicalização. Os materiais foram lidos e organizados em categorias para análise qualitativa. No Brasil o consumo de metilfenidato, em 2009, passou de 557.588 caixas para 1.212.850 em 2011. Em Manaus o consumo de metilfenidato cresceu 99,60% nesse período passando de 02 (duas) caixas a cada mil crianças para 5,84 (cinco ponto oitenta e quatro) caixas em 2011. Esses dados são preocupantes pelo impacto na escolarização. A exclusão no sistema educacional tem longa história e a patologização tem sido uma das principais estratégias para um pseudoenfrentamento desse fenômeno. A falta de acesso à escola de grandes contingentes de crianças e os elevados níveis de evasão e repetência, se revelam através da permanência nas escolas por longos períodos de tempo de crianças e jovens que nunca chegam a se apropriar de fato dos conteúdos escolares. A criação de transtornos mentais anda de mãos dadas com o processo de medicalização. A patologização de transtornos mentais ou problemas orgânicos é fabricada e financiada pela indústria farmacêutica para que gere lucro e sustente esse ciclo de dependência, física e psicológica, dos psicofármacos. Esses diagnósticos criados a cada atualização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), seguem a linha da psiquiatria biológica. Com o avanço da psicofarmacologia a droga se tornou um meio de tirar a liberdade de expressão das crianças e adolescentes, os quais são diagnosticados como doentes e com isso são estigmatizados como anormais e carregam esse rótulo consigo. O aumento do número de categorias diagnósticas, criou um impacto na prática terapêutica, que na verdade pode ter sido deixada de lado, visto que o remédio tem um papel simbólico de cura, então, como a "cura'' está garantida, a necessidade da psicoterapia é descartada. Essas classificações, no entanto, foram muito além. Esse estudo abordou de forma exploratória a existência do processo de medicalização através da prescrição de metilfenidato a crianças em Manaus. Vivemos, hoje, em uma sociedade patologizante, cuja ideologia foi trazida desde a época do manicômio. Naquele contexto os sujeitos que apresentassem comportamentos, sentimentos ou desejos considerados inadequados (desviantes) excluídos e trancafiados em ambientes precários. Hoje, os sujeitos são medicalizados como forma de mascarar a "doença" e controlar o indivíduo. Ao invés de optarem por outras formas de tratamento ou da sociedade repensar a ideia de uma normalidade que rotule, escolhem o remédio, pois é visto como uma forma rápida e prática de "solução de problema". Este é um cenário preocupante, vez que não foram encontradas propostas oficiais de enfrentamento desse grave problema e face às consequências, apontadas pela literatura, para crianças e adolescentes é urgente a construção de políticas de promoção do desenvolvimento e da saúde que sejam efetivas e comprometidas com as responsabilidades do Estado Brasileiro que na carta constitucional definem criança e adolescente como prioridade absoluta.

GRUPO DE TRABALHO 2

DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E A PSICOLOGIA SOCIAL

COORDENADORES:
IOLETE RIBEIRO DA SILVA
ANDREWS DO NASCIMENTO DUQUE
JEFSON PEREIRA

Este grupo de trabalho objetiva reunir estudos relacionados aos seguintes questões: a) temáticas que tenham atravessamentos dos direitos humanos; b) as diferentes formas de violências; c) maneiras como pessoas e grupos desenvolvem modos de enfrentamentos e resistências às opressões no contexto amazônico; d) problemas psicossociais relativos às violações de direitos humanos na realidade local, e) atuais desafios ético-políticos para a psicologia social e os movimentos sociais no que tange à violência; f) estudos que enfoquem as questões de desigualdade de direitos e estudos e/ou ações que versam à igualdade pensando às diferenças na minimização de violência.

A proposta do GT é buscar socializar os estudos preocupados com a superação de situações de injustiça, dominação e opressão frente à realidade social de grupos marginalizados. Para isso, pretende-se fazer um intercâmbio entre saberes e fazeres, tendo articulações entre movimentos sociais e universo acadêmico para que, juntos, se possa pensar em propostas e desdobramentos que venham colaborar com um processo de conscientização e politização, tanto de profissionais quanto estudantes que atuam nos mais diversos contextos e que necessitam de aprofundamento e discussão destas questões.

SENTIDOS DE RELAÇÕES DE GÊNERO PRODUZIDOS POR ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NA PERIFERIA DA CIDADE DE MANAUS

Kelly Pereira Uchôa, Fabiane Aguiar Silva e Iolete Ribeiro Silva

Compreendendo que a cultura e os sentidos de gênero são construídos socialmente, sendo compartilhados e reproduzidos no espaço escolar pelas relações informais e pedagógicas, o presente projeto de pesquisa propôs-se compreender os sentidos de relações de gênero produzidos por adolescentes de uma escola na periferia da cidade de Manaus/Amazonas. A pesquisa fundamentou-se na abordagem da psicologia sócio-histórica visando contribuir com a discussão de gênero pautada na relação construída socialmente entre as performances de gêneros. Considerando as características e dinâmica destes processos, fez-se relevante pesquisar a produção de sentidos na adolescência, sob a perspectiva da psicologia do desenvolvimento humano. O objetivo geral da pesquisa foi compreender os sentidos de relações de gênero produzidos por adolescentes de uma escola na periferia da cidade de Manaus/Amazonas, já os objetivos específicos foram: 1. Identificar os sentidos das performances de gênero masculinas e femininas produzidos pelos adolescentes e 2. Compreender os sentidos de relações entre as performances de gênero produzidos pelos adolescentes no espaço escolar. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e os instrumentos para a construção de dados foram a observação participante e o grupo focal. Os grupos foram realizados nas dependências da escola e a proposta se tratou da realização de grupos focais nos moldes de encontros com eixos norteadores de discussão. A análise dos dados foi fundamentada na proposta dos núcleos de significação. Como resultados da pesquisa, observou-se que os sentidos de relações de gênero produzidos pelos adolescentes revelaram um processo dialético de significados de performances de gênero pautados em concepções tradicionais, bem como, mais desconstruídas sobre os papeis masculinos e femininos. Ou seja, significados que estruturam concepções mais tradicionais de gênero vêm interagindo com discursos emancipatórios sobre as performances e produzem sentidos estruturados em anseios de relações contemporâneas mais satisfatórias. A discussões sobre relações contribuem com a produção de sentidos de relações mais alternativas, libertárias e criativas a partir da reflexão social, histórica e cultural das performances de gênero.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MANAUS: É PRECISO DEBATER

Jéssica Daiane de Lemos Rodrigues

Do ponto de vista legal existe uma série de leis que regulamentam os direitos das crianças e adolescentes, tendo em vista serem estes sujeitos em processo de desenvolvimento físico, psíquico e social, porém, na atual conjuntura percebe-se certa dificuldade em consolidar tais direitos conforme dispostos nos marcos normativos. Desta forma, o presente trabalho tem como objeto de análise os crescentes índices de violações de direitos de crianças e adolescentes em Manaus-AM, tendo como objetivo central sinalizar a importância do fortalecimento das redes de proteção social em caráter Municipal, com vistas à garantia e efetivação dos direitos integrais da criança e do adolescente, segundo preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990. Acerca dos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o estudo este se dá mediante o materialismo histórico dialético por meio de pesquisa documental e bibliográfica, propondo-se um olhar crítico-reflexivo no que tange à viabilização de tais direitos. O estudo torna-se relevante à medida que realiza-se um debate sobre o atual cenário de violação de direitos destes sujeitos sociais, acreditando ser necessário propor o enfretamento de tal problemática a partir do binômio Intersetorialidade e Interdisciplinaridade, de modo que diferentes setores e profissionais trabalhem de forma integrada propiciando a fomentação de uma rede de proteção totalmente articulada que possa promover efetivamente o fortalecimento da cidadania. Acerca da interdisciplinaridade ressalta-se o trabalho de profissionais de Serviço Social e Psicologia, atuantes diretamente nas problemáticas oriundas das desigualdades no sentido de atenuar as injustiças sociais. Ademais, existem vários fatores que contribuem para a prestação de um deficitário serviço de proteção social à população Manauara, à exemplo têm-se a deficiência relacionadas às estruturas institucionais; a escassez de recursos materiais, financeiros e humanos e o despreparo das equipes técnicas no atendimento das demandas, que por vezes é realizado de forma descompromissada e desprovida de qualificação técnica e ética. A realidade é que milhares de crianças e adolescentes estão expostos às mais diversas formas de violações de direitos em seus aspectos físicos, emocionais, morais, sexuais, psicológicos e culturais, estes direitos estão sendo velados pelo silêncio e omissão seja por parte dos entes do estado, sociedade ou da própria família. Diante desta problemática, sinaliza-se a importância de se traçar novos caminhos e estratégias de planejamento objetivando obter melhores resultados em relação a viabilização dos direitos das crianças e adolescentes do Município. Para se modificar essa dura realidade é preciso que o estado cumpra com suas funções protetivas de forma efetiva e qualificada, e o primeiro passo para se buscar esse feito é reconhecer as falhas na efetivação de políticas públicas e perceber que muito já foi feito, mas ainda é preciso avançar muito mais.

CÁRCERE PRIVADO: QUANDO TODOS FALHARAM

Mariana Pelizer de Albuquerque, Rosângela Aufiero.

O trabalho em questão tem como objetivo colocar em evidência o cárcere privado sofrido por portadores de transtornos mentais na cidade de Manaus. Cárcere privado, segundo o dicionário significa prisão ou cadeia; local onde os prisioneiros cumprem suas penas. Cela, tudo o que se pode utilizar para prender ou para aprisionar. Dificuldade, diz-se daquilo que é a razão de um problema. Cárcere privado é o "local em que alguém foi mantido preso por ação de particulares". Está previsto como crime, no artigo 148 do Código Penal. Quando J de 53 anos, foi encontrado após uma denúncia anônima, estava numa cela dentro da casa materna há vários anos. Mora numa rua rodeada de casas, onde facilmente seus gritos e chamados poderiam ser ouvidos. Podemos supor que a situação de cárcere é sustentada também pela vizinhança, uma vez que ele é considerado louco e "não pode sair pois foge, sai correndo, fica nú", segundo informações colhidas pela irmã. Resolve-se um problema como a loucura, prendendo, tolhindo a liberdade da pessoa, reduzindo sua condição de humano. Já o adolescente L de 16 anos, permanecia confinado em um quarto sem janelas, apenas com uma cama e um ventilador, porta sem maçanetas, trancada pelo lado de fora. No seu primeiro atendimento domiciliar, foi encontrado amarrado pelos pés e pelas mãos em sua cama. Do lado de fora da porta, um rapaz que havia sido contratado para vigiá-lo permanecia sentado em um sofá. O relato da família é que mesmo trancado, escapava algumas vezes, quebrando tudo o que via pela frente e colocando sua vida e de seus familiares em risco. Além disso, preferiam mantê-lo trancado em casa, do que submetido ao tratamento no Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, onde também ficaria amarrado, mas estaria exposto à agressividade de outros pacientes. Ilustra-se dois casos de cárcere recentemente identificados na cidade de Manaus. Quando alguém chega a condição de cárcere privado, tendo como carcereiros seus próprios familiares, compreendemos que todo o sistema de proteção e garantia de direitos ao cidadão falhou. A escassez de serviços de Saúde Mental no município faz com que os usuários não tenham acesso ao tratamento adequado, sofrendo um processo de cronificação da doença, o que deixa a família sem condições de cuidado. Além disso, a ausência do agente comunitário de saúde (ACS) e a falha no serviço de atenção básica, deixam a família desassistida sem informações e recursos para tomar medidas mais humanas no cuidado de seu familiar, o que ainda reforça a invisibilidade do cárcere. A Psicologia Social nos dá elementos para reflexão sobre essa temática, colocando em evidência a violência deflagrada em decorrência do descumprimento da legislação que prevê a humanização na assistência em Saúde Mental, ajudando no desenvolvimento de ações preventivas e na restituição da pessoa vítima do cárcere à condição de cidadão.

VIVÊNCIAS DE FEMININILIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÕES TÉCNICAS EM MANAUS/AMAZONAS

Lorena Milon de Alencar, Thiago Silva dos Santos, Iolete Ribeiro da Silva

Esta pesquisa objetivou compreender as vivências de feminilidade nos cursos técnicos de edificações e eletrotécnica ofertados em uma instituição de educação profissionalizante na cidade de Manaus, com a finalidade de relacionar tais vivências para a construção das feminilidades. Para tanto, esse estudo teve caráter exploratório com enfoque qualitativo, e adotou como metodologia um questionário semiestruturado para 6 participantes voluntárias, estudantes dos cursos de Eletrotécnica e Edificações, assim como os registros no diário de campo das visitas na instituição de ensino no que se refere a relação com os colaboradores. Os resultados encontrados na pesquisa apontam a construção das feminilidades marcadas por lutas e subversões frente as dificuldades mercadológicas e sociais em tais cursos, bem como a dificuldade na oferta e inserção no campo de estudo. Cabe ressaltar o desafio da pesquisadora no campo da pesquisa científica na educação técnica, sendo esta composta por estigmatizações sexistas, os quais possibilitaram reflexões sobre o campo de ensino, pesquisa e extensão no Brasil.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM TEMPOS DE "IDEOLOGIA DE GÊNERO"

Michelle de Albuquerque Rodrigues

A construção do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), seguida dos debates sobre os Planos Estaduais e Municipais de Educação, foi marcada por polêmicas e confusões em torno dos estudos de gênero na Educação Básica. Seguiu-se a isto a apresentação de projetos de lei visando à proibição do trabalho da temática gênero nas escolas públicas: na Câmara Municipal de Manaus, o Projeto de Lei 389/2015 e na Assembleia Legislativa do Estado da Amazonas, o Projeto de Lei 102/2016, versão do "Programa Escola sem Partido". Neste cenário, a formação continuada de professoras/es da Secretaria Municipal de Educação sobre Diversidade e Direitos Humanos tem se constituído como fazer desafiador e de potencial contribuinte para a transformação social na luta contra o preconceito e discriminação por orientação sexual/identidade de gênero. Este trabalho visa a relatar as experiências de formação com professoras/es em educação sexual e as práticas pedagógicas relativas à diversidade sexual e de gênero, demonstrando o quanto trabalhar a temática de gênero na educação não só é possível como necessário no enfrentamento das injustiças sociais. Tal como em Bortolini et al. (2014), reafirmamos que a diversidade sexual não é sinônima à homo/transexualidade. Com isso esclarecemos que tais práticas pedagógicas são importantes para toda a escola, todos os sujeitos, pois se inserem no teor das relações de gênero, logo, das relações de poder, as quais envolvem e afetam toda a comunidade escolar. Assim, para estes autores/as, o combate à homofobia e à heteronormatividade é necessário não só aos/às alunos/as LGBT, mas a toda a escola. Outras/os autoras/es também tem nos acompanhado em nossas reflexões, como Louro (2008), Junqueira (2009), Ribeiro org.(2012), entre outras/os. Furlani (2016) tem nos auxiliado no entendimento do uso do termo "ideologia de gênero" o qual surge principalmente em meio a alguns discursos políticos e religiosos como uma interpretação equívoca das teorias de gênero, que não reflete o que vem se trabalhando pedagogicamente em termos de igualdade de gênero e de direitos humanos nas escolas. Esta "ideologia de gênero" é descrita por tais grupos como uma prática subversiva de educadoras/es que negaria a existência do sexo biológico e teria a intenção de destruir famílias, dentre outros equívocos. Desmistificando o uso de tal termo, realizamos na formação continuada discussões sobre textos teóricos e legais que amparam o trabalho sobre gênero e diversidade em âmbito educacional, sobre vídeos, dinâmicas de grupos, oficinas e outros métodos. Os resultados, ainda iniciais, demonstram alcançar as práticas de professoras/es junto a estudantes no combate à violência de gênero em escolas municipais, contribuindo para novos fazeres psicossociais e psicoeducacionais nas escolas.

MULHERES, HISTÓRIAS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE MULHERES ATENDIDAS NO CREAM EM MANAUS-AM

Clara Mota Wolff, Gabriela Estefanie Cesarino, Letícia Souza Reis, João Lucas da Silva Ramos, Maria Alice D'Ávila Becker.

A violência contra as mulheres ao longo da história esteve velada, escondida dentro do ambiente que deveria acolher e mantê-las seguras. Atualmente a desigualdade de gênero pode ser exemplificada pela grande quantidade de casos de violência contra as mulheres que pouco relatados por entidades, seja no campo policial ou social. Esse estudo busca compreender o fenômeno oposto a essa realidade, uma vez que nosso público será de mulheres que procuraram ajuda de um dos serviços oferecidos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência, conhecido localmente como Centro de Referência Estadual de Apoio à Mulher (CREAM), um espaço ao qual são atendidas mulheres vítimas de violência. É uma problemática de abordagem complexa e é necessária a elaboração de estratégias de ação para o enfrentamento da violência contra a mulher. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória e foi enviado, após o contato com o CREAM, o envio de um ofício de anuência para a Secretaria de Estado responsável por geri-lo. Após isto, foi realizada a entrevista com todas as mulheres dispostas a participarem do projeto, mediante assinatura do termo de consentimento livre esclarecido. A entrevista teria como elementos a serem explorados: o perfil das participantes, a relação com agressor/parceiro e relação com os desdobramentos da denúncia. Participaram deste estudo três mulheres que faziam parte de um grupo de terapia no CREAM, com idades entre 29 e 51 anos, de diferentes origens, núcleos familiares e religiões, porém que compartilhavam a história da agressão sofrida partida de seus parceiros e a perda da autonomia e autoconfiança. O espaço tenta trabalhar trazendo ao consciente os conflitos internos para diminuir as atitudes autodestrutivas e o sofrimento que advém de um relacionamento abusivo, trabalhando a autoestima para que seja desenvolvida a autonomia. Todas as mulheres entrevistadas se mostraram satisfeitas com o grupo de terapia realizado, falando sobre o papel do empoderamento feminino que vem do discurso das psicólogas e a dificuldade compartilhada de retomar suas atividades após a separação com o agressor. O desenvolvimento da área permitirá traçar o perfil das mulheres que buscam ajuda, de forma a atingir a resolução da situação de violência enfrentada. Com as informações coletadas ao longo da pesquisa é possível criar projetos de prevenção da violência sexual e física focados nos dados das residentes do Amazonas, dando o suporte necessário nos diversos âmbitos sociais e, dessa forma, gerando a possibilidade de uma comparação das informações ao longo dos anos. Esses aspectos, dentro de uma perspectiva da psicologia social, se fazem pertinentes uma vez que o CREAM se configura como um espaço onde o psicólogo terá contato direto com as mulheres que ali se encontrarem, ajudando-as a compreender os fenômenos que configuram essa relação, possibilitando a reestruturação das relações sociais e afetivas que norteiam a vida de cada uma delas.

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

Márcio Gonçalves dos Santos, Érica Vidal Rotondano.

Violências nem sempre são óbvias. Por esse motivo é que, muitas vezes, elas passam despercebidas e acabam se naturalizando no cotidiano escolar. Esse trabalho faz parte de um projeto denominado Diálogos entre saberes: possibilidades de interlocução entres academia e comunidade, da Universidade do Estado do Amazonas, em Manaus. O objetivo desse trabalho é contribuir à reflexão sobre violências na escola na perspectiva de professores, oportunizando-os a ações que possam transformar o espaço escolar e construir uma cultura de paz em um projeto de humanização. A atividade aplicada foi uma experiência na formação de docentes da rede pública do Município de Tefé, Amazonas. A partir da aplicação de uma oficina de textos, 25 professores puderam escrever sobre a temática, dos quais destacamos categorias de análise para as seguintes divisões: tipos de violência, fatores intervenientes desse fenômeno, alguns tipos de ações violentas ocorridas no espaço escolar, consequências físicas e psicológicas para as vítimas e possíveis soluções percebidas pelos docentes como ferramentas para a redução da violência. O trabalho caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo exploratório, baseado na psicologia sócio histórica de Vygotsky e na teoria sociológica de Karl Marx. Como resultados obtidos, preliminarmente, foram citados, na percepção dos professores, vários tipos de violência: física, psicológica e simbólica, entre vários atores sociais, sejam eles, entre alunos, entre professores e alunos, e do próprio sistema. Em relação aos fatores intervenientes, destacaram-se processos de vulnerabilidade social por conta das desigualdades: classe, raça, gênero, geração. As consequências, a quem sofre violência, iam da queda no desempenho escolar até problemas de saúde como insônia, ou casos extremos como a morte. Entre os atos violentos, encontramos simples atos como atirar os lápis até mais socialmente excludentes e humilhantes como racismo e pobreza. Várias propostas para a redução da violência foram sugeridas pelos docentes entre elas, a integração e o diálogo com a comunidade, projetos pedagógicos construtivistas fora da escola, repensar o projeto político-pedagógico da escola com a comunidade. Esse trabalho contribui significativamente para repensarmos as relações sociais em espaços onde grupos interagem e reproduzem uma cultura que reforça a barbárie e a opressão. Desse modo, destacamos a importância da psicologia social para refletirmos sobre processos sociohistoricamente construídos, instrumentalizando agentes sociais, nesse caso, professores e alunos para a ressignificação de fenômenos que não podem ser naturalizados nem reduzidos pela objetividade científica como é o caso da violência para que possamos construir uma cultura de paz que seja capaz de humanizar a humanidade.

AS RELAÇÕES PRODUTIVAS E A PERCEPÇÃO SOCIAL DOS MÚLTIPLOS PAPÉIS SOCIAIS DA MULHER

Aline Kassia Lima de Oliveira, Cristiane da Costa Souza, Luana Gomes da Silva, Silvia Nascimento Peixoto, Tamis dos Santos Oliveira Araujo.

Este estudo assume o propósito de identificar a partir das relações produtivas a construção dos múltiplos papéis da mulher no contexto histórico e contemporâneo. Os aspectos sociais que tornaram as mulheres em indivíduos superexplorados na perspectiva da psicologia social. As transformações e permanências culturais que reforçam a ideologia patriarcal. E a práxis do Serviço Social frente às demandas das mulheres que conciliam várias funções sociais. O trabalho considerado a força motriz do sistema capitalista que determina o ser social estabelece a relação do homem com a sociedade. Ele exerce uma força vital nas esferas sociais, alterando as estruturas socioeconômicas. Para compreendermos essa agudeza do trabalho nas relações sociais far-se-á necessário a busca do entendimento da produção e reprodução do sistema capitalista. Para Marx (1994 apud SELL, 2012, p.51), é através do trabalho que o homem supera sua condição de ser apenas natural e cria uma nova realidade: a vida social. A mulher ao se inserir no mercado de trabalho alterou as estruturas conservadoras, estabeleceu um novo papel social, conquistou espaços antes dominados pelo homem contestando séculos de ideologia patriarcal. A construção do papel social da mulher ultrapassou as barreiras da fragilidade e da desigualdade de gêneros que ao longo da história lhe foi imposta. A referida pesquisa tem como objetivo geral identificar a mulher no âmbito das relações produtivas e sociais como individuo superexplorado que exercem múltiplos papeis nas esferas publica e privada. E como objetivos específicos: relacionar o trabalho na constituição do ser social e na conquista de direitos; descrever o processo histórico de construção e de percepção social da figura da mulher na família com a perspectiva da psicologia social e comparar as transformações e permanências culturais que reforçam a ideologia patriarcal apresentando demandas ao Serviço Social. A metodologia segundo Minayo (2015) é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. A pesquisa foi seccionada em fases operacionais, para melhor dar conta do estudo em questão. A primeira fase comportou a leitura de livros, fichamentos e resumos que contribuirão para a construção do estudo. A segunda fase consistiu em busca nos sites e revistas cientificas, para análise, de artigos e estudos que abordam a temática. Autores como Alves (1985), Antunes (2006), Ariès (1983), Engels (2000), França (2012), Iamamoto (2008), Santos (2012), Sell (2012) entre outros, referenciam a fundamentação teórica. Na psicologia social encontramos as respostas aos múltiplos papéis impostos figura feminina, através do conceito das representações sociais. Conforme Alexandre (2004) é uma modalidade porque não é todo “conhecimento” que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas.

A EXPERIÊNCIA DE UMA ESTAGIÁRIA EM PSICOLOGIA NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Nayana Tallita Pereira Julho

As mulheres representam 51,4% da população brasileira, porém, mesmo que a distribuição populacional por gênero seja nivelada, a violência contra as mulheres é três vezes maior que aquela ocorrida contra os homens (Portal Brasil, 2015; Congresso em Foco, 2016; IBGE, 2016). Quando se fala do assassinato da população feminina, o Brasil é destaque global, revelando-se como um país onde há índices extremos violência de gênero, tendo sido considerado no ano de 2013 o 7º país do mundo onde mais se matam mulheres e protagonizando, apenas dois anos depois, o 5º lugar no mesmo ranking, ao ter 48 vezes mais assassinatos de mulheres que no Reino Unido (Waiselfisz, 2012; 2015). Abordando a violência doméstica em âmbito nacional a partir de uma perspectiva sócio-histórico-cultural, Ferreira (2015) entende que as sementes desse fenômeno foram trazidas junto aos movimentos de colonização territorial, com amargos e densos frutos sendo colhidos até os dias atuais tanto no espaço familiar quanto social, com constante reforço por meio da discriminação de gênero imposta pelo machismo e pela religiosidade vigentes em nossa sociedade. Para Saffioti (1994, 2001), o gênero pode representar uma diferenciação tanto positiva quanto negativa entre os seres humanos, o que, todavia, é aplicado nos meios sociais de modo a hierarquizar as relações, na forma de um controle social incumbido de domesticar as mulheres, enquanto os homens recebem a permissão social para determinar condutas e punir aquilo que consideram como desviante, transformando, desta forma, "agressividade em agressão" (1994, p. 444). A mesma autora (1994), ao estudar a questão da violência de gênero no Brasil, indica que o ordenamento social patriarcal possui mecanismos de socialização masculina que valorizam o comportamento violento por parte dos homens, como parte do construto da masculinidade, ao passo que as mulheres são incentivadas a suportarem as violências concretas e simbólicas em silêncio. No ano de 2016 a Lei Maria da Penha completa 10 anos de existência, sendo 10 anos de obstáculos e superação na luta pelo enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras. Sendo um dos braços da lei nessa jornada, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é um marco importante, por oferecer um olhar judicial específico aos casos que chegam à Justiça. Com a recomendação do CNJ, esses Juizados funcionam com Equipes Multidisciplinares onde a Psicologia está inserida. A partir da vivência em estágio de Psicologia no 2º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, localizado na cidade de Manaus, foram realizadas observações cotidianas, durante todos os meses do ano de 2016, até a data desta produção. Com este relato, estima-se que estudantes e profissionais que atuam ou pretendem atuar em contexto judicial na área da violência doméstica e familiar contra as mulheres possam conhecer as dificuldades de implantação dessa política dentro do judiciário e realizem reflexões no sentido de elaborar estratégias para superá-las. Mesmo com o contínuo esforço de diversos agentes públicos, ainda há muito que ser (des)construído para que um trabalho humanizado e com respeito à pessoa humana, às especificidades de nossa região, com um olhar sensível às questões de gênero e recortes sociais emergentes.

TRANSEXUALIDADE, SAÚDE E DIREITOS SOCIAIS

John Elton Costa dos Santos

Projeto de Atendimento A Garotos Transexuais, que teve seu início em março de 2015. Desenvolvido com o apoio da Associação Amazonense de Saúde Mental em parceira com o Núcleo Trans – Associação Garotos da Noite. O serviço oferecido é composto por atendimento psicológico individual, orientação familiar e suporte jurídico. O projeto tem como principais objetivos: criar um espaço de escuta psicológica a garotos trans e seus familiares; suporte e orientação jurídica; participação em ações coletivas que visem direitos sociais. É o primeiro serviço destinado a garotos transexuais com este formato no estado do Amazonas. No Brasil, os serviços destinados a garotos transexuais são escassos (Ministério da Saúde, 2013). A procura por atendimento ocorre via Núcleo Trans ou por contanto direito com o coordenador do projeto. As demandas iniciais não são por atendimento psicológico, mas sim por Laudo Psicológico. Alguns médicos, que realizam atendimento particular, solicitam um laudo psicológico para o início do processo de hormonioterapia. Não identificamos nos relatos dos garotos conteúdo de sofrimento referente à sua identidade trans, no entanto há relatos de vivências transfóbicas, que acorrem, em alguns casos, na família, na escola/universidade e no ambiente de trabalho. Como resultados do trabalho, destacam-se: a diminuição da tensão familiar sobre o tema transexualidade e do suporte familiar, tendo como protagonista a mãe; uma maior participação social (retirada da cédula de nome social; do Cartão Nacional de Saúde (CNS); procura por atendimento de saúde; participação coletiva no enfrentamento da transfobia). Consideramos relevante a divulgação deste projeto no Encontro Local do Núcleo Manaus da ABRAPSO, como forma de Grupo de Trabalho-GT, com a finalidade de compartilhar a nossa experiência e contribuir para visibilidade do tema.

OLHANDO A FAMÍLIA COM HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E/OU NA ADOLESCÊNCIA.

Estephania de Lima Oliveira, Zilmar Augusto de Souza Filho, Nayara Lima Pereira, André Luiz Machado das Neves.

A progressiva valorização da família nas políticas sociais brasileiras promoveu a expansão de diversos estudos sobre os contextos e estratégias familiares. Esta pesquisa teve como objetivo compreender e descrever a composição de uma família que vivenciou a violência sexual de um ente na fase do desenvolvimento da infância e/ou adolescência. A violência sexual contra criança e adolescentes representa um sério problema de saúde pública, que implica em grande impacto físico e emocional para aqueles que são expostos. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi aplicado uma etapa de um modelo de Enfermagem reconhecido internacionalmente para as pesquisas com famílias, o Modelo Calgary de Avaliação Famílias. Aplicou-se o mesmo por entender à família como um elemento de análise, uma vez que quando a família é afetada por um evento de sofrimento, todos os seus membros vivenciarão este contexto. Deste modo, os enfermeiros têm o compromisso de incluir as famílias nos cuidados de saúde como parte integrante da prática de enfermagem. A caracterização desta pesquisa foi do tipo exploratório, descritivo, com o enfoque explicativo e abordagem qualitativa. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Manaus, no domicílio de 01 família da área de abrangência do Distrito Sanitário Leste. Esta família vivenciou a violência sexual por abuso durante a fase da infância e/ou da adolescência. Para a coleta de dados foi utilizado entrevista com roteiro semi-estruturado e construção de um genograma, e a análise de dados ocorreu de acordo com a abordagem do estudo escolhido. Contudo, esta pesquisa se referiu a família que vivenciou o contexto da violência sexual contra a criança gerando impacto sistemicamente em toda a família. Os resultados evidenciaram que o agressor é o detentor exclusivo de renda na família, caracterizando a dependência financeira dos outros membros; existe uma diferença considerável entre a idade do casal da família nuclear, sendo o agressor 35 anos mais velho que sua esposa portadora de transtorno mental, e 52 anos mais velho que sua enteada, com quem mantém relação conflituosa, por abusar sexualmente desta desde os 4 anos de idade. O casal possui 6 filhos com idade entre 6 meses e 9 anos, abrigados no conselho tutelar por denúncia de vizinhos, motivadas por acusações de maus tratos, mantendo com essa instituição uma relação conflituosa. Aponta-se em destaque que o Genograma é um instrumento de fácil construção e interpretação. Tem o efeito visual de um gráfico, o que facilita a visualização rápida do contexto familiar. Esse instrumento aliado ao trabalho de investigação da violência fornecem uma visão ampliada da família, desenhando sua estrutura de sustentação e retratando o vínculo entre os seus membros e recursos comunitários. Assim sendo, podem identificar precocemente “alertas” aos profissionais de saúde, sobre indícios de manifestações de violência nas relações.

CONFLITOS INTERPESSOAIS OU QUESTÕES JUDICIAIS? SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DO VIVER NA CONTEMPORANEIDADE

Camilla Felix Barbosa De Oliveira

Nota-se, no contexto contemporâneo, a crescente transformação dos conflitos interpessoais em questões judiciais. Problemas familiares (conjugais e parentais), desavenças entre escolares, constrangimentos no trabalho, dificuldades relacionais: tudo se torna passível de apelo à intervenção judicial. Nesse contexto, a justiça passa a regular as condutas, as emoções e os comportamentos dos sujeitos, ressignificando suas experiências cotidianas em termos de danos e violências. A fim de evidenciar como a lógica judicializante engendra modos de vida e atravessa o campo psi, foram analisadas políticas, campanhas, legislações e reportagens com conteúdos jurídicos e legais, cuja ênfase está nos efeitos psicológicos de problemáticas como o divórcio, a alienação parental, o bullying, dentre outras. Concluiu-se que tal movimento de expansão do sistema de Justiça ancora-se em argumentos como a defesa dos direitos humanos e a humanização do Judiciário, que estaria mais sensível aos afetos e emoções dos sujeitos. Contudo, à medida que se volta à esfera pessoal, essa Justiça dita humanizada não estaria, paradoxalmente, acentuando a judicialização do humano? A fim de refletir sobre tal questão, problematizou-se a proliferação de leis, discursos e ações judiciais que têm regulado os mais diversos aspectos do viver, criminalizando as condutas e judicializando os modos de vida.

GRUPO DE TRABALHO 3

POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO AMAZONAS E DEMANDAS URBANAS E NÃO-URBANAS

COORDENADORES:
MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE
MARIA INÊS GASPARETTO HIGUCHI
DAYSE DA SILVA ALBUQUERQUE

Tem como proposta agregar reflexões e iniciativas nos âmbitos acadêmicos e profissionais de ações voltadas para as populações tradicionais do Amazonas e seus modos de vida. Inclui vivências no cenário urbano e rural, articulando experiências interdisciplinares de profissionais e estudantes da Psicologia e áreas afins. Busca discutir a multiplicidade de saberes e fazeres relacionados a hábitos, costumes e valores dos mais variados grupos étnicos, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outras populações tradicionais que tem o cenário amazônico como territórios existenciais de suas convivências e demandas diárias.

Para refletir e buscar a construção de caminhos que permitam a superação dos desafios enfrentados por essas populações serão incorporados trabalhos dos mais variados contextos de atuação daqueles que se relacionam com essas realidades. Para tanto, almeja-se atrair atuações com distintos grupos sociais, em diferentes ambientes, com demandas diferenciadas no que diz respeito ao contexto amazônico urbano e não-urbano, no sentido de enriquecer as discussões e as possibilidades de construção de propostas que possam favorecer os cenários apresentados no GT.

OS FESTEJOS SEGUNDO OS MORADORES DO PARQUE RIACHUELO I

Kamila Bezerra de Araújo

A comunidade Parque Riachuelo I, situada na zona Oeste de Manaus/AM (bairro Tarumã), foi fundada há aproximadamente 40 anos e atualmente possui cerca de 600 habitantes, que se distinguem pela condição socioeconômica: alguns abastados e a maioria de classe mais baixa. Apesar de alguns moradores pagarem IPTU, ainda não possuem saneamento básico, asfaltamento em todas as ruas, transporte público e outros serviços, o que descaracteriza a comunidade como sendo plenamente de zona urbana ou de zona rural. Outro problema verificado é a falta de um espaço de lazer que possibilite a interação dos moradores dentro da comunidade. Neste aspecto, os moradores e algumas instituições da comunidade trazem como uma forma de enfrentamento destas necessidades a construção de eventos sociais: os festejos em datas comemorativas. Estes festejos estão marcados anualmente na comunidade, sendo bem aceitos pelos comunitários que participam. Feitas tais considerações, neste trabalho temos por objetivo apresentar resultados do PIBIC que investigou o significado e importância dos festejos para os moradores dessa comunidade. O referencial teórico-metodológico partiu da Psicologia Social Comunitária, por meio de abordagem qualitativa, sendo realizadas seis entrevistas semiestruturadas com análise de conteúdo com os moradores que já participaram ou organizaram os festejos. Eles lembraram de oito festejos marcantes: arraial da comunidade, festa do dia das crianças, festa do dia das mães, festa da igreja, festa do aniversário da comunidade, festa de páscoa, festa do dia dos pais e festa de natal. Estas lembranças mostraram quais os significados destes festejos para a comunidade, dos quais foram destacadas questões sobre o festejo instigar o engajamento e a motivação de moradores acerca de lutas políticas, assim como a união, fortalecimento dos laços comunitários e sentimento de pertença como a principal importância dos festejos para a comunidade. Foi verificado que o festejo se tornou uma ferramenta estratégica essencial para união e lazer destes comunitários, de modo que a cada festejo mais moradores participam, conhecem uns aos outros, dialogam sobre as questões da comunidade e se divertem. Portanto este trabalho tem relação com o GT 3 e da Psicologia Social por tratar de vivências, demandas e costumes de uma comunidade localizada numa zona urbana, porém com características não urbanas, que vem enfrentando e superando os desafios diários a seu modo.

ATUAÇÃO ÉTICA DO PSICÓLOGO EM COMUNIDADES DE MANAUS

Cyntia Maria Loiola dos Santos, Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Cláudia Daniela N.Freitas, Eduardo B. Menezes Guimarães.

Este trabalho apresenta reflexão a partir de projetos de extensão realizados na Comunidade Parque Riachuelo I (área ocupada no bairro do Tarumã, Zona Oeste de Manaus), entre outubro/2014 e julho/2015, pelo método da pesquisa-ação, cujos objetivos foram levantar informações sobre as condições de vida dos moradores, estimular a mobilização comunitária e a participação em ações coletivas que resultassem em melhorias para a comunidade. O Parque Riachuelo I surgiu na década de 1970, como consequência da extensão urbana desorganizada que a cidade apresentava naquela época. Hoje possui cerca de 600 moradores, que ocupam uma área localizada entre o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e o bairro do Tarumã. Há uma associação de moradores (Associação dos Moradores e Amigos do Parque Riachuelo I - AMAR), mas os moradores se mostram divididos em relação à real participação desta na busca de melhorias estruturais. Apesar do asfalto ser a melhoria mais almejada, a responsabilidade sobre isso é atribuída bem mais à Prefeitura que à Associação, mas pressiona-se esta última para obtenção desse benefício. Há ainda a falta de saneamento básico, iluminação e transporte público. O senso comum talvez apenas olhasse para o Parque Riachuelo I como mais uma área de invasão da cidade, mas ali os sujeitos envolvidos são distintos, o contexto é diferente. Aliás, em cada espaço urbano que se expande o contexto vai se diferenciando. As visitas à comunidade indicaram divergentes questões sobre a área, que remete a um aspecto que vai além do distanciamento geográfico. A deficiência ou precário desempenho da associação que represente os interesses gerais da população indica um forte sentimento de abandono, orfandade e descrédito quanto a quem chega à comunidade. Aliás, essa é uma questão muito pertinente nesse trabalho: os moradores não se veem como sujeitos transformadores, mas esperam o surgimento de alguém que resolva os problemas da comunidade. Todos esses aspectos vão criando um quadro que por vezes oprime os moradores da comunidade, mesmo diante da compreensível valorização do ar de tranquilidade que o local transparece. É nesse ponto que podemos observar a importância não apenas do projeto de extensão, mas também da atuação do psicólogo com um olhar mais focado no social e na comunidade, um olhar em que a ética deve acompanhar de forma ainda mais próxima os anseios de intervenção social. Poderiam ser utilizadas, para esse fim, as instalações e os equipamentos sociais que as igrejas locais possuem (visto estas terem um alcance significativamente maior que o da associação comunitária), como forma de agregar os moradores e junto a eles desenvolver projetos e atuações mais efetivas para fortalecimento dos laços comunitários. Em suma, este trabalho se enquadra com tema do evento e com o grupo de trabalho 3 por contribuir com saberes e fazeres do psicólogo em comunidade urbana de Manaus que possui características rurais do Amazonas.

INCENTIVO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA

Paulo Ricardo de Oliveira Ramos, Moacir Tadeu Biondo, Marcelo Gustavo Aguilar Calegare.

Pesquisas de campo em comunidades ribeirinhas da Amazônia aguçam a percepção do pesquisador diante da ausência do turbilhão de estímulos da cidade. Nesse sentido, a observação direta e interação com os comunitários favorecem a construção de um conhecimento empírico mais consistente, colocando a teoria apenas como um instrumento auxiliar na compreensão da realidade local. O reconhecimento da não neutralidade científica é importante na construção desse conhecimento, bem como a ética nas ações junto à comunidade e no trato dos dados produzidos por essas relações. Diante do exposto, este trabalho traz alguns resultados obtidos em viagem a campo, ocorrida em abril/2016 na comunidade ribeirinha de Santa Luzia, localizada no município de Caapiranga-AM, dentro do âmbito do projeto "Montagem da Paisagem do Conhecimento", idealizado e desenvolvido pelo técnico em plantas medicinais Moacir Tadeu Biondo e realizado em parceria com pesquisadores da Psicologia e Serviço Social da UFAM, por meio de edital CNPq. O método utilizado foi à pesquisa-ação, com uso de observação sistemática e assistemática, registro de diário de campo, áudio, vídeo e fotográfico. O foco de tal projeto é reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional de plantas medicinais que os comunitários possuem. Como e se a Montagem favorece o fortalecimento das relações de solidariedade e bem-estar social pelo uso de plantas medicinais levanta o pressuposto inicial de que um local geograficamente afastado dos centros urbanos, de difícil acesso e carente da ação pública, o uso de plantas medicinais da própria comunidade passa a ser uma solução alternativa mitigadora de problemas de saúde coletivos. Os resultados foram à participação ativa e voluntária na Montagem de dez mulheres e dois homens, que trouxeram seus conhecimentos a respeito do uso de plantas medicinais, além do levantamento florístico das mesmas, e que serão organizados e disponibilizados aos moradores em forma de cartilha, como uma estratégia de proteção desses conhecimentos. Para os saberes e fazeres da Psicologia Social, esta pesquisa contribui no desenvolvimento de novas epistemologias integradas e não dissociadas à cultura, à tradição e à realidade local. Além disso, constrói-se conhecimento contínuo e atualizado sobre a dinâmica comunitária, ajudando a compreender, repensar e respeitar o modo de vida ribeirinho. Portanto, a relevância ético-política à Psicologia Social consiste no subsídio de informações científicas para a criação e adequação de políticas públicas coerentes com a realidade amazônica. Este trabalho integra-se ao GT 3 pela inter e multidisciplinaridade presente nas práticas do psicólogo junto a outros profissionais e comunitários, em resposta a demandas coletivas.

YEPA MAHSÃ: PENSANDO UMA PSICOLOGIA CONTEXTUALIZADA

Felippe Otaviano Portela Fernandes, Marcelo Gustavo Aguilar Calegare.

O histórico da Psicologia no Brasil foi e ainda é marcado pela dominância epistemológica das sociedades dominantes, tendo seus pressupostos tradicionais fincados nos pensamentos greco-romanos (ALLWOOD; BERRY, 2006). Assim, para que a Psicologia alcance efetivamente as sociedades indígenas, torna-se importante a construção de Psicologias relevantes aos contextos que se propõem a estudar, rompendo com a dominância epistemológica de abordagens ocidentais e eurocêntricas (CANILAO et al., 2015). A apresentação desse trabalho no 1º Encontro Local do Núcleo Manaus da ABRAPSO, mais especificamente no GT 3 referente a povos tradicionais do Amazonas, se torna relevante por ter como objetivo trazer uma reflexão acerca da necessidade de Psicologias contextualizadas, utilizando a cultura dos Yepa Mahsã (Tukano) como exemplo. Trata-se de um recorte de dissertação de mestrado realizada junto ao Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI). Este Núcleo tem desenvolvido conhecimentos a partir do "projeto Rios e Redes" junto ao grupo indígena dos Yepa Mahsã, abordando antropologicamente as concepções indígenas sobre os diferentes sentidos da relação sociedade/natureza a partir de três conceitos que superficialmente podem ser traduzidos como benzimentos, cantorias e narrativas místicas. O Rios e Redes conta com a participação de pesquisadores antropólogos indígenas conhecedores da língua tukano, antropólogos não indígenas e o pesquisador psicólogo, que tem contribuído com análises psicossociais referentes a esses três conceitos, mostrando as inter-relações entre o psíquico e o contexto social. A atuação do pesquisador no contexto da pesquisa foi como membro da equipe de pesquisadores do Rios e Redes que auxiliou nas discussões e construções dos discursos antropológicos acerca dos três conceitos e dos materiais textuais, sendo assim um pesquisador no cotidiano (SPINK, 2008). O estudo da cultura dos Yepa Mahsã aponta para visões de mundo que diferem dos pilares os quais a Psicologia das sociedades ocidentais se sustentam, sendo marcada por uma relação de coletividade entre si e os seres Wai Mahsã (seres humanos invisíveis). A relação construída entre os Yepa Mahsã e Wai Mahsã é caracterizada por: respeito, considerando estes como protetores dos espaços da floresta e dos seres que ali habitam; aprendizado, considerando os Wai Mahsã, como portadores de conhecimentos importantes e necessários para sobrevivência; cautela, pois a vivência com os Wai Mahsã traz um conjunto de normas que se quebradas podem trazer prejuízos para o coletivo, adoecimentos e até a morte. A Psicologia corriqueira por conta de seus referenciais culturais pode vir a submeter outras culturas às suas categorias de fenômenos psicológicos, reforçando ou criando estigmas e estereótipos discriminatórios. Assim, é necessário fazer Psicologias que valorizem as diversidades culturais, garantindo que esses povos gozem efetivamente dos principios descritos na Constituição de 1988.

A RELAÇÃO ENTRE SENTIMENTO DE PERTENÇA E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO EM UM BAIRRO DA CIDADE DE MANAUS

Cláudia Daniela Nascimento de Freitas, Marcelo Gustavo Aguilar Calegare.

Na cidade de Manaus, muitos bairros e comunidades surgiram devido a invasões e ocupações, reflexo da rápida expansão econômica a partir dos anos 1960, o que gerou crescimento geográfico desordenado. Deste modo, comunidades foram se formando e sendo habitada por pessoas de várias origens e condições sociais. A vivência destas pessoas nesses bairros também é importante, pois produz o modo de viver do local, o que reflete as características da comunidade. Desse modo, neste trabalho temos por objetivo apresentar as reflexões apontadas em projeto concluído de PIBIC que fez a reconstrução da história da comunidade Parque Riachuelo I (bairro Tarumã, zona oeste de Manaus/AM), a partir das memórias dos moradores mais antigos da comunidade. Foi adotada a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório descritivo, por meio de 6 entrevistas abertas (de profundidade) com análise de conteúdo, com moradores com, pelo menos, 20 anos de moradia no bairro. Os resultados revelam o trajeto da comunidade ao longo dos seus 40 anos de existência, do momento em que passou a ser povoada até os dias atuais. Durante este período ocorreram melhorias no local, algumas mediante luta dos próprios comunitários, o que nos faz apresentar como um fator de grande relevância da pesquisa o arrolamento entre o sentimento de pertença e o engajamento comunitário de cada morador, pois, em uma relação proporcional, foi verificado que quanto maior este sentimento, maior o engajamento. De modo inverso, quando as redes comunitárias ficaram fragilizadas, houve impossibilidade da estima e valorização comunitária, fatores essenciais à obtenção de ganhos para a comunidade. Desta forma, este trabalho apresenta questões de discussão sugeridas no GT 3, visto que apresenta as demandas da comunidade a partir da vivência de seus moradores ao longo dos 40 anos de sua existência, o que faz parte das reflexões da Psicologia Social quando pensamos na dinâmica existente entre individuo, grupo e comunidade.

EMBATES ENTRE SABERES ACADÊMICOS E INDÍGENAS NO PPG DA UFAM

Tatiany Felix de Menezes, Felippe Otaviano Portela Fernandes, Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

No estado do Amazonas, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, existem cerca de 120 mil indígenas de 66 etnias. Alguns têm vindo a Manaus para ingressar nas universidades e se graduar, tendo como objeto a melhoria de vida e atuação na educação em suas comunidades. E uma pequena fração deles têm ingressado em Programas de Pós-graduação (PPG) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), também como maneira de crescimento profissional e aquisição de conhecimento. No entanto, esses estudantes têm questionado o peso da desigualdade referente às teorias acadêmicas impostas sobre o conhecimento indígena, como se este último tivesse menos valia que o primeiro. Diante desse contexto, temos como objetivo deste trabalho apresentar resultados de pesquisa de PIBIC (bolsa CNPq) que investigou a opinião de alunos dos PPG da UFAM a respeito das teorias acadêmicas aprendidas nessa universidade. A pesquisa de cunho qualitativo de caráter exploratório-descritivo foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas e analisadas por análise de conteúdo com 4 alunos de 2 PPG, dos 15 alunos localizados nos 40 PPG existentes na UFAM. Os resultados revelam que a desvalorização, preconceito e mistificação do saber do índio diante da ciência do homem branco foi algo presente em todos os discursos dos alunos, assim como a dificuldade de aceitar como ciência o conhecimento indígena, desqualificando assim toda sua tecnologia e seus saberes. A má tradução da língua indígena para o português e a falsa interpretação de seus saberes foram uma das causas para a mistificação, fazendo com que o homem branco observasse a ciência indígena com preconceito, como algo inútil e fantasioso. Os indígenas buscam dentro da universidade manobras para autenticar sua ciência, através da formação nos campos de conhecimento branco e patentes acadêmicas, no intuito de ter voz diante dos brancos para expor seus conhecimentos com propriedade. Desse modo, eles têm lutado contra o peso das teorias acadêmicas sobre seus próprios saberes, na esperança de obter uma nova voz para o povo indígena, uma nova interpretação dos seus conhecimentos e assim a valorização da sua ciência. Esses alunos acreditam na utilidade da ciência do homem branco, mas não abrem mão da utilidade da sua própria ciência. Afirmam ainda que a obtenção do conhecimento branco não trouxe mudanças em suas crenças ou dúvidas sobre sua ciência, mas lhes tornaram capazes de perceber como o homem branco vê o índio e lhes deu ferramentas para lutar pela autenticação de seus conhecimentos. Esse tema é relevante diante do encontro e do Grupo de Trabalho 3, Populações Tradicionais do Amazonas e demandas urbanas e não-urbanas, visto que busca discutir a multiplicidade de saberes e fazeres relacionados a hábitos, costumes e valores dos povos indígenas. É também relevante à Psicologia Social, pois mostra como essas pessoas têm um conhecimento inerente ao seu modo de vida e como isso deve ser valorizado.

RESUMOS DE APRESENTAÇÃO DE PÔSTER

O PAPEL DOS CAPS'S NO ATENDIMENTO À SAÚDE MENTAL EM MANAUS – AM

Maiane Rossi

Esse relato tem o objetivo de apresentar e discutir as experiências vivenciadas em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Manaus. Para refletir sobre o papel dos CAPS's no atendimento às pessoas com algum transtorno ou sofrimento mental. Com a Reforma Psiquiátrica, buscou-se mudar o modelo de atenção oferecido às pessoas portadoras de transtorno mental, tirando o foco da atenção na doença e/ou no organismo, para compreendê-las enquanto sujeitos complexos com vivências sócio-históricas que influenciam no seu sofrimento e na expressão deste. Os CAPS's fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil e têm seu funcionamento direcionado pela Lei 10.216 de 2001, fazendo parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) instituída pela Portaria 3.088/2011. Eles caracterizam-se como um dispositivo da RAPS e como a principal forma de atendimento e cuidado a esse público, sendo um espaço de tratamento e cuidado personalizado com o objetivo de proporcionar uma reabilitação psicossocial. O modelo proposto pela Política Nacional de Saúde Mental busca oferecer um atendimento multiprofissional, por entender que o sofrimento pessoal é resultado dos vários fatores que perpassam a vida de uma pessoa e que somente um trabalho plural poderá realizar alguma transformação ou melhora na vida dos usuários do serviço. Esse trabalho é resultado de visitas e observações participantes em oficinas terapêuticas promovidas por dois CAPS's da cidade de Manaus. Muitos usuários do serviço do CAPS são pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com pouca assistência familiar e com um suporte financeiro insuficiente, o que levou muitos deles a buscarem outras formas de sobrevivência que os aproximou do contato e do uso de substâncias psicoativas. Dessa forma, o CAPS surge para eles como um espaço de acolhimento, reflexão, transformação, cuidado, respeito e de uma atenção diferenciada em alguns casos nunca tida antes devido a uma situação de sofrimento por questões familiares, financeiras e/ou sociais. Como a reabilitação psicossocial compreende o sujeito na sua complexidade, o atendimento é expandido também para familiares, inclusive em oficinas terapêuticas, porque o usuário principal do serviço encontra-se em redes de relações sociais responsáveis também pelo seu sofrimento. Em decorrência do tipo de atendimento oferecido, o CAPS é um espaço de expressão das subjetividades, à medida que os sujeitos têm a possibilidade de opinar e agir de forma livre. É ainda um serviço com pouca cobertura na cidade de Manaus, tendo apenas 4 CAPS na capital, entretanto, é de fundamental importância no atendimento ao público que necessita de cuidados em saúde mental e caracteriza-se como um serviço necessário para que haja uma nova compreensão das relações existentes entre o sofrimento mental, o uso de substâncias psicoativas, as realidades vividas pelos sujeitos e o papel dos profissionais em saúde mental.

DO PORTÃO PARA DENTRO E DO PORTÃO PARA FORA: A VIDA DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Thatyanny Gomes Fernandes, Mylane Lima De Brito Araújo, Adinete Sousa Da Costa Mezzalira.

Este trabalho relata as atividades práticas do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Faculdade Martha Falcão - DeVry realizadas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus - AM. As propostas de intervenção do psicólogo escolar desenvolvidas neste estágio fundamentavam-se em uma perspectiva histórica e cultural. Propor, portanto, ações neste contexto, implicava em investigar de forma comprometida os elementos sociais envolvidos na cultura escolar como crenças, conhecimentos, costumes, valores, entre outros, para sugerir ações direcionadas ao processo de emancipação e conscientização humana em contextos de vulnerabilidade. Frente ao exposto, a intervenção na escola teve dois objetivos: (1) conhecer o contexto de vida dos alunos; (2) investigar a visão da escola acerca das situações de vulnerabilidade social dos seus alunos. Para alcançar este objetivo, durante o contato com a escola, registrava-se nos diários de campo as observações e conversas com os adolescentes, professores, funcionários e equipe gestora. A partir da análise destes registros, observou-se que o contexto de vida dos alunos era marcado por situações de exclusão, negligência, desemprego dos pais e violência. A comunidade, no geral, vivia um contexto de precárias condições sociais, que estavam estritamente ligadas a instáveis condições de alimentação, saúde e escolarização, o que tornava-se frequente nos relatos dos adolescentes histórias acerca de envolvimentos com drogas e atos infracionais. Essas situações eram encaradas como um desafio para a escola. Os educadores, em geral, carregados de sua história pessoal, apresentavam dificuldades em compreender a realidade dos alunos e, as vezes, teciam um discurso ou pensamento baseados em suas próprias experiências e realidade de vida. Assim, as explicações aos comportamentos considerados inadequados eram atrelados ao âmbito familiar, responsabilizando este segmento social por não transmitir os denominados valores básicos, como: respeito, compromisso, tolerância, empatia, entre outros. Vale destacar, que diante desta realidade, alguns professores encontravam-se desmotivados em oferecer atividades diversificadas por não acreditarem no envolvimento e no comprometimento dos educandos. Diante desta realidade na escola, acredita-se que uma das ações do psicólogo escolar encontra-se em promover espaços de reflexão sobre a realidade de vida dos alunos, discutindo temas associados a violência, família e escola. Além disso, juntamente com o educador, oferecer atividades dirigidas a promoção do fortalecimento dos estudantes, contando com a participação ativa dos jovens na construção de propostas que visam o desenvolvimento das suas potencialidades. Por fim, é importante acompanhar e conhecer as particularidades de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo quando se busca conscientizá-los de suas responsabilidades com relação a sua vida e a da sociedade.

OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR

Vinícius Nunes dos Santos, Tatiana Souza de Oliveira, Adinete Sousa da Costa Mezzalira.

Este trabalho visa compartilhar uma experiência de intervenção desenvolvida no Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizada em uma Escola Municipal da Zona Sul de Manaus-AM. Geralmente, a mudança de ciclo escolar traz bastante ansiedade e insegurança aos alunos, fazendo-se necessário um relacionamento mais próximo entre o corpo docente e o discente. Diante desta demanda, e pautados em uma perspectiva de emancipação, autonomia e fortalecimento, a prática na escola teve como objetivo primordial fortalecer os adolescentes diante das mudanças do ciclo escolar. Participaram da intervenção 23 alunos com idades entre 11 e 14 anos, sendo 12 meninas e 11 meninos. Com o intuito de identificar nestes adolescentes os sentimentos presentes nessa nova fase escolar, apresentamos seis palavras escritas: alegria, tristeza, raiva, medo, esperança e fé. Dentre esses seis sentimentos/emoções, os grupos de alunos deveriam escolher dois que representassem o que vivenciaram no 5º ano e o que estavam vivenciando no 6º ano. Com relação aos sentimentos presentes no 5º ano, os grupos apontaram: alegria (n=4); raiva (n=2); esperança (n=1); medo (n=1). A respeito da experiência no 6o ano, os grupos verbalizaram medo (n=3), tristeza (n=2), alegria (n=1) e esperança (n=1). A alegria vivenciada no 5º ano relacionou-se ao fato de terem, apenas, uma professora, ministrando todas as disciplinas, e que os elogiava depois dos trabalhos escolares. Por outro lado, o 6º ano causava-lhes medo e tristeza, pois as novas disciplinas, os novos professores e as novas atividades acadêmicas deixavam-lhes dúvidas se conseguiriam, ou não, apreender todo o conteúdo e passar para outra série. Pesquisas realizadas em outros países indicaram que essas mudanças no ciclo escolar causam bastante angústia nos alunos, pois coincidem com as mudanças da adolescência em nível físico, emocional e social. Tais mudanças podem marcar uma descida em espiral em relação ao rendimento acadêmico, desistência escolar e outros problemas. A própria postura indiferente do professor, os conteúdos, o tempo restrito das aulas, a quantidade de turmas são alguns dos fatores que desfavorecem a uma rotina de aproximação e conhecimento por parte dos professores do 6º ano. Trabalhar a fase de transição escolar promove um maior acolhimento às necessidades emocionais dos alunos e os aproximam dos professores. O psicólogo escolar precisa verificar quais são as situações no contexto escolar que provocam o sofrimento psíquico do sujeito e que impedem o seu bem-estar. Fortalecer os alunos e conscientizar os professores sobre esse processo de transição evita o desencadeamento de relações opressoras e violentas. Dessa forma, a intervenção apenas com os alunos não é o suficiente, torna-se necessário incluir os educadores neste processo interventivo, para prevenir os problemas psicossociais oriundos de um contexto social violento.

DIVERSIDADE SEXUAL

Wilcker da Silva Souza, Diennes Santana, Conceição Aparecida Cordeiro da Silva

Este trabalho tem como objetivo evidenciar e distinguir conceitos e definições na perspectiva sócio-histórica sobre a diversidade sexual relacionada com dignidade humana e ao papel da Psicologia, buscando explicitá-los socialmente no decorrer da história e nos dias atuais acerca dos estudos sobre as relações entre gêneros, sexualidades e direitos humanos. O referente trabalho relaciona-se com o GT 2- Direitos Humanos, violência e a Psicologia social, pois busca socializar os estudos preocupados com a superação de situações de injustiça, dominação e opressão frente à realidade social de grupos marginalizados. Com isso, dá-se a importância no entrelaço dos saberes e fazeres, para que haja uma conscientização acerca dos processos psicossociais congruentes às violações de direitos humanos na realidade local. A diversidade sexual é usada para designar as várias formas de expressão da sexualidade na qual não se limita apenas ao exercício do sexo, mas igualmente a tudo que configura a sexualidade; as experiências de vida, o modo de agir e a forma como as pessoas se veem e são vistas pelos outros. Para Vygotsky(1994) a Psicologia Sócio-Histórica tem como concepção que o humano pode ser sintetizado como um ser ativo, social e histórico, ou seja, não há como compreender um indivíduo sem conhecer seu mundo. Sem entender o que cada um sente, pensa e como age, é preciso conhecer o mundo social no qual ele está imerso e no qual ele é construído. Antigamente na Grécia, a relação entre as pessoas do mesmo sexo era vista como uma relação comum e sem preconceito. Atualmente, apesar de algumas conquistas relacionadas a participação das pessoas no exercício dos direitos, o Brasil ainda enfrenta bastante dificuldade para lhe dar com a discriminação e o preconceito. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos com base no Artigo 2°: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (...)”. Hoje, a importância deste assunto embora em sua complexidade, dá-se ao fato da compreensão, não somente histórica como também conceitual, dos aspectos intimamente relacionados à diversidade sexual, onde a dignidade humana passa a ser relacionada com ordem social, seguindo assim as práticas do exercício da cidadania, com isso a psicologia social veio para estudar o indivíduo em determinados grupos possibilitando uma visão ampla dessas diversidades.

OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA

Cristiane Wodnoff Aguiar, Gladson Rosas Hauradou, Fátima Elecy Arraes da Silva.

Segundo os estudiosos Engels e Virchoow, um dos fundadores da Medicina Social na Europa, afirma que o estado de saúde do indivíduo está atrelado à sua condição de vida e de trabalho. A OMS considerou os determinantes sociais como causas comuns de mortalidade nas populações e que sofrem influência do meio social, afirma que as causas comuns de mortalidade na comunidade são causadas através de consequências vivenciadas em seu meio social. A Terapia Comunitária possibilita a reflexão a escuta e alivio do sofrimento na questão do estresse e afins. Ela não combate a patologia, mas ajuda a prevenir e promover saúde em espaços coletivos, propiciando ao indivíduo conhecer a si mesmo, valorizar a sua história, seus saberes e suas potencialidades. Demonstrar que a Terapia Comunitária trabalha o empoderamento num contexto social, respeitando suas crenças e valores, trazendo alívio para dores emocionais através da escuta e compartilhamento de experiências nas rodas de integração. Em seu aspecto geral trabalha com grupos em situação marginalizada, socialmente desfavorecidos, oportunizando a esses indivíduos sua credibilidade, trabalhando suas questões intrínsecas para que a própria comunidade elabore suas respostas de forma extrínseca. Barreto (2008), afirma que a TC propicia um espaço em que o indivíduo aliviará seu sofrimento causado pelo estresse e os problemas do cotidiano, onde poderão ser debatidos e discutidos a fim de que a comunidade possa adquirir seu poder de voz. O acolhimento e a escuta são as ferramentas primordiais na terapia, o que viabiliza sua funcionalidade de forma fidedigna com resultados positivos. O apoio social, as redes de amizades e as relações interpessoais saudáveis, podem ajudar no sistema imunológico. O sentimento de pertença a um grupo, faz com que o indivíduo se sinta amado, reconhecido e valorizado. Para Holanda, Dias e Ferreira Filha (2007), a TC pode proporcionar um despertamento para a resiliência e contribui para o empoderamento da comunidade. Conforme CAMPOS (2015), é na comunidade que se possibilita o aprendizado e á partir dela trabalhar políticas públicas que possam contribuir com a qualidade de vida e prevenção de doenças. A base do trabalho da TC são as redes sociais, através da discussão do coletivo e suas problemáticas para poder trabalhar alternativas que lhe tragam transformação enquanto sujeitos. Sua contribuição na Psicologia Social é imprescindível quanto ás questões que visam o funcionamento dos grupos sociais e empoderá-los, pensando em políticas públicas que possam garantir e ampliar a possibilidade desenvolver projetos de cunho terapêutico para as comunidades e entre outras questões que poderão ser discutidas pelo grupo, dentre eles, os fatores sociais.

RELACIONAMENTOS SOCIAIS: O EU E O OUTRO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Adinete Sousa da Costa Mezzalira, Marcely Ingrid Dantas da Silva, Síria Bezerra Costa.

Este trabalho visa compartilhar uma experiência de intervenção desenvolvida no Estágio Específico em Psicologia Escolar, da Faculdade Martha Falcão – DeVry, realizada em uma Escola Municipal de Manaus-AM, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e emocional dos estudantes. Diante do contato com a realidade escolar, a demanda apresentada pelos alunos do 6º ano com idade entre 10 e 11 anos estava direcionada aos conflitos existentes nos relacionamentos sociais. A presença de manifestações de violência, tanto física quanto psicológica, eram marcantes nos relatos dos alunos. Frente a esta situação, foi realizada uma oficina direcionada aos relacionamentos sociais no contexto escolar. Esta atividade, pautada na perspectiva histórica e cultural, explorava os sentidos e os significados que os alunos atribuíam aos diversos tipos de relacionamentos presentes na escola. Almejava-se com isto, desenvolver o senso critico e por, conseguinte, a conscientização dos alunos com relação aos comportamentos manifestos nestes espaços. A oficina foi realizada dentro da sala de aula e a temática foi explanada com a utilização de instrumentos como: livros, mídia, vídeos e questionários. Em geral, os resultados nesta atividade apontaram que a diversidade de opinião e a imposição de situações eram desencadeadores de comportamentos agressivos entre os alunos. Em algumas situações ouvia-se: “vocês só me colocaram com gente burra’’ ou “não gosto do jeito como alguns professores falam com a gente”. Durante todas as atividades, tinha-se a preocupação em fazê-los refletir sobre o papel do outro no processo de desenvolvimento, de como a interação atrelada ao individualismo, a competitividade e a indiferença produzia relacionamentos adoecidos, tendo em vista que o desenvolvimento intelectual, afetivo e social ocorre por meio da interação com o outro, de forma dialética. Frente ao exposto, atuar numa perspectiva de conscientização e emancipação humana exige do psicólogo ações coletivas no âmbito escolar, pois apenas o acompanhamento individual de crianças e adolescentes não é o suficiente para promover novas formas de interação. Assim, refletir sobre as relações sociais na escola exige mudanças de paradigmas, em que o aluno antes visto como o único responsável pelos comportamentos manifestos, agora é visto dentro de um sistema em que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo são responsáveis pela manutenção de relacionamentos alienados.

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA JUNTO AO PACIENTE EM HEMODIÁLISE, E O APOIO A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Amon Eriko de Alencar Albuquerque, Sara Oliveira da Silva.

Considerando que nos dias atuais tem ocorrido um crescimento significativo da Doença Renal- DR, sendo ela silenciosa que muitas vezes tem seu diagnostico protelado pelo universo de sintomatologia que a mesma proporciona no Ser, muitas vezes confundida diante da gama de cor-morbidade. Assim propomos com este instrumento apresentar o enfrentamento da Doença Renal- DR, diante dos tratamentos existente: hemodiálise, e dialise peritoneal, e os processos conflitantes de enfretamento que o Ser se submetem diante deste processo de adoecimento, propomos ainda a presentar como a psicologia contribui para a promoção da qualidade de vida, elevando o Ser (paciente), a níveis mais aceitáveis de aceitação e o enfrentamento da DR, diante dos processos de terapêutica, (tratamento), proporcionar uma visão que da DR, bem como do tratamento e como se desenrola os processos e as perdas emocionais diante dos enfrentamento das etapas da terapêutica. Nossa proposta e apresentar estratégias de abordagem clinica hospitalar, a qual vem sendo utilizada no centro de Doenças Renais CDR-Manaus. Utilizando de estratégias fenomenológicas existenciais, fazendo uso de técnicas de psicoterapia breve focal, apresentando estratégias e imprimindo vontade no Ser, (paciente), bem como estabelecer parâmetros de humanização nas relações equipe e paciente, da acolhida do Ser no ambiente terapêutico a liberação do mesmo para irem para suas casas.

RESUMOS EXPANDIDOS

UM RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE VOLTADAS A COMUNIDADE LGBT EM MANAUS

DANTAS, Caroline Brandão[1]
NASCIMENTO, Thaynara Reis do[2]

RESUMO
O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das políticas de saúde voltadas a comunidade LGBT executadas em Manaus. No âmbito do Programa Brasil sem Homofobia de 2004, foram elencadas uma série de ações voltadas ao direito à saúde dos LGBTs, que desencadearam a Política Nacional voltada a esse segmento. Objetivamos identificar se no âmbito municipal, há programas específicos de atenção à saúde LGBT com fulcro na Política Nacional, percebendo se de fato essa população consegue acessar aos serviços de saúde de forma efetiva, levando em consideração suas peculiaridades.
PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Saúde; LGBT; Manaus.

INTRODUÇÃO

A saúde é um direito que assiste a todos os cidadãos brasileiros, sendo um dever do Estado proporcioná-la; direito esse alçado, por meio de lutas sociais engendradas pelos cidadãos. Contudo, sabe-se que o acesso a esse direito se realiza de forma muitas vezes precárias. Ao observarmos as especificidades da região amazônica, aprofunda-se o cenário adverso, principalmente para a população LGBT. Este cenário molda-se desta forma, pois conforme estudos realizados pelo GGB - Grupo Gay da Bahia o estado do Amazonas proporcionalmente é o mais homofóbico do país. Destarte, é algo patente na sociedade a homofobia a comunidade LGBT ainda que de forma velada, sendo um comportamento reproduzido em vários âmbitos sociais. Como forma de enfrentamento a discriminação sofrida pela comunidade LGBT, o governo federal propôs o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 que contemplava ações voltadas aos LGBT.

Na área da saúde fora lançado em 2010 pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, reconhecendo assim, as especificidades de saúde desses sujeitos, que por conta do estigma a que estão submetidos são alvos constantes das mais diversas violações de direitos, sendo uma destas expressões a negação ao direito à saúde, inclusive por parte dos profissionais da área.

METODOLOGIA

[1] Estudante de graduação. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus/AM. Email: carol.dantas.brandao@gmail.com.
[2] Estudante de graduação. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus/AM. Email: thaynaranascimento20@gmail.com

Este estudo assume a abordagem qualitativa, sem exclusão dos aspectos quantitativos. Utilizamos revisão bibliográfica conjugada com as experiências e reflexões teóricas oriundas da Ação de Extensão da qual participamos intitulada "Conversando sobre saúde com mulheres LGBT".

DISCUSSÕES

A Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Gays, Travestis e Transexuais, tem como escopo a redução das desigualdades e a promoção da equidade, constituindo-se em uma das bases do Programa Mais Saúde - Direito de Todos lançado no ano de 2008. De acordo com a pesquisa realizada, identificamos que atualmente no município de Manaus não existem programas ou políticas municipais voltadas especificamente ao público LGBT.

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) promove ações preventivas acerca das doenças sexualmente transmissíveis/Aids, com testes rápidos e distribuição de insumos de prevenção contra às DSTs e ISTs (preservativos femininos, masculinos) e orientações sobre a utilização das formas de prevenção. Os testes rápidos são feitos em 60 unidades básicas de saúde (UBSs) da cidade. Essas ações são preventivas e educativas, realizadas dentro da política de atenção básica.

No dia da Visibilidade Trans em 2015, a Semsa realizou atividades de prevenção, promovendo ações de combate ao preconceito contra pessoas que vivem com o vírus HIV e contra discriminação da comunidade LGBT. A intervenção aconteceu por meio de conversas e orientações sobre os direitos desse público. Nesse ano, o mistério da saúde lançou uma campanha nacional direcionada para a melhoria da saúde do homem (Plano Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem), implementada nas UBSs, nos locais foram desenvolvidas atividades voltadas para o público masculino, especialmente gays e bissexuais. O objetivo era seguir as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, propiciando atendimentos humanizados, consultas médicas e odontológicas, de imunização e exames para a detecção precoce de doenças

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este trabalho promover reflexões sobre as políticas de saúde para os LGBT em Manaus, como forma de visibilizar as especificidades deste público na cidade e propor melhorias na condução destas políticas, com vistas a redução da desigualdade no que tange ao acesso à saúde, direito fundamental do ser humano. Vale destacar que governo do Estado do Amazonas, criou sob a Gestão da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), uma gerência de diversidade e gênero, que atende, encaminha demandas e implementa ações voltadas a este público. Ao contrário do governo do Estado, no município de Manaus, não temos ações efetivas em forma de políticas ou programas que contemplem tal segmento no que se refere ao acesso da saúde.

No âmbito municipal, percebe-se que as diretrizes direcionadas ao âmbito municipal, que determina entre outras coisas a implementação da política, o monitoramento e a realização de pesquisas sobre a realidade local, a fim de adaptá-la as necessidades regionais, não estão sendo atendidas. Há uma tendência no município de fragmentar a comunidade LGBT, dentro das políticas direcionadas a mulher e ao homem. Assim, surge a indagação: seria uma forma de negar a existência da comunidade LGBT em Manaus, ainda que de forma sutil?

Identificamos que há ainda muitos entraves no que tange a efetivação dos direitos LGBT em Manaus, atribuindo a isto a Câmara Municipal conservadora, que inclusive vetou a palavra 'gênero' no Plano Plurianual de Educação Municipal, indo de encontro as diretrizes do Plano Brasil Sem Homofobia. A aprovação da Política Nacional, constituiu-se em um grande avanço, no entanto, faz-se necessário a sua efetivação, a exemplo de alguns municípios que já conseguiram avançar no sentindo da criação dos Planos Municipais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Gays, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: 2010

Grupo Gay da Bahia – GGB. **Relatório Assassinatos de LGBT no Brasil.** Bahia: 2015. Disponível em: http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2. Acesso em 18/08/2016.

http://www.amazonianarede.com.br/em-acao-noturna-comunidade-lgbt-e-profissionais-do-sexo-recebem-orientacao-sobre-dstsaids/. Acesso em 18/08/2016. http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/ministerio-da-saude-lanca-campanha-em-prol-da-saude-do-homem. Acesso em 18/08/2016.

MEDICALIZAÇÃO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DO ENSINO DA DANÇA[1]

CLAUDINO, Géssyca Renata[2]
MIRANDA, Lia Regina[3]
NEVES, André Luiz Machado das[4]

RESUMO: O discurso social moderno, medicalizador, tem submetido os sujeitos de nossa sociedade a um modelo de viver, de estudar, de se relacionar, priorizando o controle e a disciplina. Aqueles que subvertem essas normas tendem a conviver em situações de exclusão social ou até mesmo na condição de patologizados ou uma "bioidentidade", como é o caso das pessoas com diagnóstico de TDAH, Dislexia e outras construções sociais dos saberes "psis" no Brasil. O presente trabalho emerge da hipótese de que a dança contribui para o processo de ponderância da medicalização na educação e que o ensino da dança, pode atuar como a primeira possibilidade para alunos considerados "indisciplinados". O ensino da dança é compreendido como uma arte que pode possibilitar com que o aluno aprenda de diferentes formas de expressão corporal e visa explorar as múltiplas potencialidades dos alunos.

PALAVRAS- CHAVE: Medicalização, Dança, Educação.

MEDICALIZAÇÃO: aspectos essenciais do conceito

Historicamente, a palavra medicalização surgiu no final da década de 1960 para se referir à crescente apropriação dos modos de vida do homem pela medicina, a transformação de comportamentos socialmente convencionados como transgressivos e desviantes, em transtornos médicos era o aspecto mais essencial que caracterizava o conceito de medicalização. Atualmente, há uma expansão do conceito de medicalização em que,

> [...] alguns comportamentos são, potencialmente, mais medicalizáveis do que outros, colaborando para isso certos fatores, como o maior ou menor apoio da profissão médica, a disponibilidade de intervenções e tratamentos, a existência de definições daquele comportamento ou transtorno competitivas entre si; significaria dizer que alguns grupos são ou eram mais medicalizáveis do que outros, como, a princípio, as mulheres e as crianças; que as diferenças sociais e de gênero contribuiriam para acirrar processos de medicalização; que haveria agentes fora da profissão médica que contribuiriam ativamente para a medicalização, tais como a indústria farmacêutica, as associações de cuidadores e pacientes, a mídia impressa e virtual e a divulgação científica, periódicos médicos e as propagandas de medicamentos. (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JR., 2014, p. 1863)

Há outros aspectos que retomam a discursão, sendo eles: o controle social que contribui para que os "subversivos" sejam medicalizados e o valor moral negativo

---

[1]Recorte do Trabalho Final apresentado na disciplina de Psicologia da Educação II do curso de Licenciatura plena em Dança da Universidade do Estado do Amazonas.
[2]Estudante do curso de Licenciatura em Dança da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
[3]Estudante de Licenciatura em Dança da Universidade do Estado do Amazonas– UEA. liaregin@hotmail.com
[4]Professor da Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

considerado numa sociedade como negativo pode ser um potencial para patologização da vida.

Medicalização Social e da Educação

Com a busca pelo processo de apropriação e normatização dos aspectos da vida social pela medicina que se iniciou em meados do século XX, a medicalização da vida é o segundo polo do biopoder abordado por Foucault, estas questões de controle dos indivíduos através da medicina; a dependência dos sujeitos por medicações cresce e as indústrias farmacêuticas incentivam a esta pratica, "Essa transferência de papéis é feita, muitas vezes, por quem tem o poder nas mãos, com o intuito de tirar a sua própria responsabilidade e passar para outras áreas". (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p.14), com isso está medicalização desperta reflexão nos discursos sociais e educacionais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa dos usuários de Medicamentos, nos últimos anos o consumo de ritalina tem crescido, devido ao fato, enraizado na sociedade contemporânea, de correlacionar "agitação" e "dispersão", com anormalidades. Sabe-se que a escola é a base para ter-se profissionais qualificados. Contudo, sujeitos taxados de "anormais" não se enquadram nas exigências do mundo do trabalho onde preferem sujeitos mais produtivos, atentos, e cumpridores de metas. Cabe enaltecer que tais diferenciações tornam-se obstáculos também nas relações das famílias, reverberando na exclusão social e assim percebe-se a escola com um papel de culpabilizar os indivíduos pelo baixo rendimento ou pela inadaptação à instituição. Apesar da clara e assumida complexidade do diagnóstico, vale ressaltar que "na sociedade capitalista, como um importante espaço de (re)produção da força de trabalho, ela já institui, em maior ou menor grau, critérios de avaliação da adequação e produtividade dos alunos a partir das exigências predominantes no mundo da produção (MÉSZÁROS, 2005 *apud* ALMEIDA;GOMES, 2014, p.169)."

Possibilidades de intervenções do ensino da dança

De acordo com a LDB nº 9394/96 a Dança é afirmada no contexto escolar dentro do conteúdo da disciplina de Artes, onde as possiblidades de práticas podem ser variadas

e consequentemente contribuem para os processos cognitivos do sujeito e seu desenvolvimento biopsicossocial.

É nesta perspectiva da diversidade e da multiplicidade de propostas e ações que caracterizam o mundo contemporâneo que a dança na escola não objetiva formar alunos tecnicamente virtuosos, os quais apenas repetem mecanicamente movimentos, mas pessoas capazes de formar senso crítico sobre a dança, conhecer o seu corpo e estarem socialmente receptivos às interações.

Carboneira e Carboneira (2008) argumenta que é possível obter-se auto-conceito, autorealização e autoconfiança através da experiência de movimentos. Utilizando destas particularidades da dança, enquanto processo de aprendizagem que reverbera em outras áreas da vida e faz - se presente nas escolas que pode-se articular a mesma como um processo que contribui direta e indiretamente para o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos e para o processo de ponderância da medicalização.

CONSIDERAÇÕES SOBRE DANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR E A MEDICALIZAÇÃO.

A dança, em sua especificidade tecnicista, é medicalizadora, por visar padronizar comportamentos e estereótipos de sujeito. Contudo, no contexto escolar, é uma possibilidade de ampliar e complementar a visão de um sujeito que vive em transformação e que não é estanque. A medicalização não possui necessariamente uma implicação negativa, ela pode ter vantagens e desvantagens. O ensino da dança, em seu aspecto educativo, intervém no meio expressivo e crítico da figura humana, fomentando suas particularidades de forma positiva.

Aquela criança que outrora fora “diagnosticada - medicalizada - patologizada” com alguma dificuldade de aprendizagem ou comportamento/disciplina, pode ser melhor compreendida em uma aula de expressão corporal, no qual vão ser fomentados a liberdade de movimento, a fala e sua inquietação será direcionada para a problematização dos valores morais vivenciados e/ou impostos pela sociedade atual. Deste modo, a relevância para o âmbito da psicologia social, se articula nas possibilidades de métodos que corroboram para o desenvolvimento psicossocial humano e que alocam-se no processo de medicalização social em seu cotidiano e nas escolas que permeiam a cidade de Manaus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA. M,R. GOMES, R,M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan./abr. 2014.

CARBONERA, D; SERGIO ANTONIO CARBONERA, S.A. **A importância da dança no contexto escolar.** Cascavel: Cortez. 2008.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância. **Revista Desidades**, n.1, ano 1. Dez 2013. NIPIAC. UFRJ.

ZORZANELLI, R,T.; ORTEGA, F.; JÚNIOR, B,B . Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010, **Ciência & saúde coletiva**, vol.19 no.6, Rio de Janeiro, June 2014.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS[1]

Adria de Lima Sousa[2]
Joana Lopes[3]
Patrícia Caldas[4]
Pâmella Dias[5]
Vanessa Balieiro[6]
Francisca Renilma Marinho[7]

RESUMO
O trabalho é tema central na vida das pessoas. Essa centralidade abarca a globalização, o neoliberalismo e a relação com a escolha profissional. A escolha profissional ora como demanda ora como (im) possibilidade foi o foco do POP- Programa de Orientação Profissional- serviço oferecido por uma clínica-escola de Manaus com a finalidade de contribuir com a formação de finalistas de psicologia e como atividade que permitisse vivenciar as implicações dessa escolha diante de situações específicas no contexto social.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação Profissional, Método Fenomenológico-existencial; Psicologia Sócio-histórica; Desigualdade Socioeconômica

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado buscou uma aproximação entre a fenomenologia-existencial e a psicologia sócio-histórica a fim de possibilitar um fazer que transcenda um olhar em termos do "vocacional" buscando superar essa visão acrítica na psicologia e questionar o sujeito, compreendendo – o como produto e produtor de sua realidade. Teve como objetivo a participação de estudantes de psicologia em uma atividade de orientação profissional para auxiliar a desenvolver potencialidades dos adolescentes para facilitar a escolha profissional e ingresso ou não na vida universitária e no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

A atividae aconteceu simultaneamente com adolescentes do Ensino Médio: CRAS- Centro de Referência em Assistência Social e em uma escola privada da cidade de Manaus no período de dois meses com encontros semanais de duas horas. O Programa de Orientação Profissional (POP) é dividido em etapas: a primeira etapa é voltada para o autoconhecimento e

[1] POP – Programa de orientação Profissional. Projeto associado as práticas do Estágio Supervisionado do curso de Psicologia.
[2] Mestra em Psicologia - UFAM, Docente na Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Manaus, AM, adriapsique@gmail.com,
[3] Acadêmica de Psicologia na FAMETRO, joan_estrela2006@yahoo.com.br
[4] Acadêmica de Psicologia na FAMETRO, patricaldas@hotmail.com
[5] Acadêmica de Psicologia na FAMETRO, vanessabalipsico@gmail.com
[6] Acadêmica de Psicologia na FAMETRO, pamella_diass@hotmail.com
[7] Acadêmica de Psicologia na FAMETRO, liaeraimundo@hotmail.com.

projeto de vida; a segunda a influências das escolhas; na terceira etapa é trabalhada o conhecimento das profissões e do mercado de trabalho e na quarta etapa é realizada a avaliação do processo. Participaram das atividades aproximadamente 30 adolescentes divididos em grupos conduzidos por dois estagiários.

DISCUSSÕES

Durante muito tempo era comum e ainda hoje ter como terminologia para os serviços que auxiliam na escolha profissional o termo "Orientação Vocacional" partindo do pressuposto de que o homem nasce pronto e o psicólogo com suas ferramentas auxiliara a encontra as aptidões internas. De uma outra perspectiva verifica-se uma psicologia crítica (BOCK, 2002) que busca fazer um trabalho de Orientação profissional voltado para compreender as determinações sociais presentes nessa escolha. Próximo a esse olhar apresentamos a perspectiva baseada na fenomenologia existencial que prefere utilizar o termo "Analise da escolha profissional" por entender que o sujeito é determinado a partir do indeterminado e suas escolhas dependem das suas experiências e dos sentidos que atribuem a ela bem como sua responsabilidade com sua própria vida (FEIJOO; MAGNAN,2012).

De modo geral verificou-se que a atividade de orientação profissional não poderia desconsiderar as diferenças socioeconômicas entre os participantes da escola privada e os adolescentes de escola pública que participam das atividades mediadas pelo CRAS. E que a questão social, econômica e política é transversal a escolha profissional e estiveram presentes em todas as etapas do programa.

A orientação profissional é um procedimento para dispor-se a auxiliar o indivíduo a descobrir uma identidade profissional, ampara na estruturação de sua identidade pessoal, defendendo, portanto, na preparação de um projeto de vida (Bueno, 2009). O procedimento não necessita apenas ser informativo no que se menciona às profissões, mas também deve trabalhar o assunto da escolha e a promoção do autoconhecimento ponderando os indivíduos como inseridos em um contexto social, econômico e cultural na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de orientação profissional a partir de um olhar ancorado na fenomenologia existencial e buscando um diálogo com a psicologia sócio histórica trouxe contribuições para o desenvolvimento dos discentes de psicologia e dos adolescentes participantes uma vez que são debatidas as modificações no mundo do trabalho, como a qualificação profissional é importante nos dias atuais e que as cobranças do mercado de trabalho estão cada vez mais exigentes.

As principais contribuições desse fazer relacionam-se a busca da superação de práticas psis acríticas e que entendem o homem como tendo uma natureza humana desconsiderando o contexto do mundo da vida no qual este está inserido e que abarca fatores macrossociais. A Psicologia enquanto ciência e profissão precisa continuamente reformula-se para compreender e possibilitar práticas que gerem uma ação emancipatória e comprometida com o fenômeno social.

REFERÊNCIAS

BECKER, Ana Paula Sesti; BOBATO, Sueli Terezinha; SCHULZ, Mariajosé Louise Caro. Meu lugar no mundo: Relato de experiência com jovens em orientação profissional. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo , v. 13, n. 2, p. 253-264, dez. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902012000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 out. 2016.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação Profissional: abordagem sócio-histórica.** São Paulo: Cortez, 2002.

BUENO, Camila da Costa Olmos. **Grupo de orientação profissional para jovens: uma proposta fenomenológica.** Campinas: PUC, 2009. 169p. Dissertação (Mestrado), Ponttifíca Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; MAGNAN, Vanessa da Cunha. Análise da escolha profissional: uma proposta fenomenológico-existencial. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, n. 2, p. 356-373, 2012.

FEIJOO, Ana Calvo de; PROTASIO, Myriam Moreira; MAGNAN, Vanessa da Cunha. Analise da escolha profissional: orientação ou libertação? **Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**. V.3 | N.2. Ano, 2014.

O CONSELHO DE PSICOLOGIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO POLITICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA NO FÓRUM DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL

COSTA, Adriane Andrade[1]
PINHEIRO, Polyana Peixoto[2]

RESUMO
O Sistema Conselhos de Psicologia constitui-se como autarquia federal responsável por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelando pelos princípios da ética e construindo parcerias desde a formação inicial, a fim de qualificar a inserção do profissional na sociedade. A Psicologia dialoga com outras categorias ocupando espaços, como a política pública de Assistência Social, que historicamente não lhe eram reconhecidos. A Psicologia enquanto ator neste contexto viabiliza espaços de expressão e protagonismo, dentro da proteção social, aos seus usuários e trabalhadores que se engajam política e socialmente através do controle social. O presente relato de experiência refere-se a uma reflexão sobre aproximações e desafios das psicólogas inseridas em equipes de referência de unidades estatais da Assistência Social no município de Manaus junto ao Conselho Regional de Psicologia 20ª Região em sua representação no Fórum Estadual dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, como espaço de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Psicologia; SUAS; FETSUAS; Transformação Social.

INTRODUÇÃO

Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, regulamentados como autarquias federais através do Decreto 79822/77, são responsáveis por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e zelar pela observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região (CRP 20), criado através da Resolução CFP 005/2011, tem sua sede na cidade de Manaus/AM.

O Sistema Conselhos deve assumir um papel ativo na construção de parcerias junto às universidades e outras instituições representativas da categoria com o intuito de qualificar a inserção da psicóloga e do psicólogo na sociedade, desde a formação inicial.

A Psicologia enquanto atuante na Política Pública de Assistência Social, busca viabilizar espaços de expressão, autonomia e protagonismo na busca de enfrentamento e superação de situações de violação de direitos, identificando o campo de trabalho como expressão da realidade social promovendo cidadania e direito.

O presente relato de experiência refere-se a uma reflexão sobre aproximações e desafios das psicólogas inseridas em equipes de referência da Secretaria Municipal da Mulher, Direitos Humanos e Assistência Social no município de Manaus junto ao CRP

[1] Servidora estatutária da Prefeitura Municipal de Manaus, lotada no CREAS Centro-Sul, Conselheira titular do CRP20 e Representante do CRP20 no FETSUAS.
[2] Servidora estatutária da Prefeitura Municipal de Manaus, lotada no CRAS Alvorada I, Conselheira titular do CRP20 e Representante do CRP20 no FETSUAS.

20 e na representação desta autarquia no Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do Amazonas (FETSUAS/AM). A promoção da cidadania não perpassa apenas ao cidadão atendido pela política da Assistência Social, mas também ao trabalhador desta política ao se engajar política e socialmente pela implementação do SUAS e por melhores condições de trabalho através da ocupação dos espaços de controle social e movimento dos trabalhadores.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência ocorreu através das participações nas reuniões periódicas instrucionais entre os trabalhadores do SUAS, principalmente os da secretaria municipal de assistência social da cidade de Manaus, onde, por meio das rodas de conversas, as dificuldades e desafios do fazer do trabalhador na execução da política pública da assistência social eram discutidas e debatidas e, questões relativas a interdisciplinaridade, condições mínimas de trabalho e representatividade nos controles sociais eram deliberadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A atuação da(o) psicóloga(o) deve visar a promoção da qualidade de vida das pessoas e coletividades, bem como contribuir para eliminar qualquer forma de violação de direitos; deve atuar analisando criticamente e historicamente o contexto onde se encontra considerando fatores políticos, econômicos, sociais e culturais além das relações de poder e impactos destas sobre suas intervenções. (CFP, 2005)

Partindo dos compromissos éticos, compreende-se que a atuação da(o) psicóloga(o) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve estar embasada na apreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais problematizando e propondo intervenções participativas e interdisciplinares qualificando assim a ação da Psicologia e seu compromisso social. Nesse contexto, cabe salientar que a (o) psicóloga (o) é provocado a analisar o campo de atuação e suas dimensões institucionais, explicitando a dinâmica das interações entre os atores sociais.

O sofrimento do sujeito e coletividades é ético-político, produzido por uma história de desigualdades sociais cuja origem encontra-se nas relações e vínculos

construídos socialmente. Logo, o sofrimento não é só característico de uma pessoa, mas de um processo histórico, político, social e econômico de exclusão, processo este que deve ser exposto pela Psicologia (Sawaia, 2002).

Em virtude dos desafios na atuação interdisciplinar e nas intervenções a partir e com os usuários da Assistência Social, considera-se importante a participação da(o) psicóloga (o) em espaços que favoreçam o debate e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam sua atuação, considerando as especificidades das demandas dos atores sociais. O Sistema Conselhos de Psicologia configura-se como uma das possibilidades dispostas à (ao) psicóloga (o) do SUAS para a construção de fazeres comprometidos com a transformação social, estimulando uma atuação capaz de dialogar e cooperar junto a diferentes abordagens e conhecimentos integrando de forma qualificada os espaços de controle social democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do processo coletivo de psicólogas (os) na política de Assistência Social não se encontra desvinculada das lutas pela garantia de um Estado democrático. A garantia de relações de trabalho estáveis, a implantação de uma política de reconhecimento e valorização profissional, as condições objetivas para que as(os) trabalhadoras (es) possam planejar, executar e avaliar o processo de trabalho nas dimensões individual e coletiva com base nos valores ético-políticos da profissão, a realização da educação permanente como possibilidade de prezar pela qualidade na atuação profissional, a (re)criação de espaços interdisciplinares de reflexão dos referenciais teórico-metodológicos são desafios que devem instigar o Sistema Conselhos de Psicologia, as instituições representativas da categoria bem como os movimentos sociais na luta pela materialização do SUAS, principalmente na conjuntura onde a predominância do poder econômico torna-se prioridade para os gestores.

A partir das deliberações coletivas do FETSUAS e da militância dos trabalhadores: estes se fizeram representados nas duas últimas conferências nacionais de assistência social (2013,2015); foi publicado no diário oficial a instalação da mesa de negociação para iniciar da tratativa do PCCS com o gestor municipal da assistência social, todavia esse processo não tem tido resultados positivos; os trabalhadores conseguiram assentos nos Conselhos Municipal e Estadual de Assistência Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. Estudos de Psicologia, 1999, 4(2), 315-319. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf Acesso em 01/09/2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP Nº 010/05. **Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 27 de agosto de 2005.

SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MANAUS-AM: É PRECISO DEBATER [1]

RODRIGUES, Jéssica Daiane de Lemos[2];

RESUMO
O presente trabalho tem como cerne sinalizar a importância do fortalecimento da rede de proteção social com vistas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no município de Manaus – AM, na perspectiva da efetivação dos direitos integrais destes sujeitos sociais. No bojo desta temática, identifica-se como proposta de intervenção o desenvolvimento de um trabalho Intersetorial e Multiprofissional, de modo que o intercâmbio entre diferentes setores e diferentes categorias profissionais possam contribuir qualitativamente rumo à consolidação de um sistema de proteção social mais justo e igualitário.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social. Direitos. Criança e Adolescente.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo central sinalizar a importância do fortalecimento da rede de proteção social no Município de Manaus - AM, com vistas à garantia e efetivação dos direitos integrais da criança e do adolescente.

Desta forma, o estudo tem como objeto de análise os crescentes índices de violações de direitos das crianças e adolescentes. Em linhas gerais o trabalho apresenta uma discussão crítico-reflexiva acerca das fragilidades no atendimento das demandas referente aos direitos da criança e do adolescente pela rede de proteção social municipal.

A relevância do trabalho se dá na medida em que se propõe um debate sobre o atual cenário de violação de direitos destes sujeitos, propondo uma alternativa de intervenção através da realização efetiva de um trabalho Intersetorial e Multiprofissional.

METODOLOGIA

No que tange à metodologia da pesquisa utilizada, o presente trabalho realizou-se através de pesquisa bibliográfica e documental, a partir do método de análise do materialismo histórico dialético. Ressalta-se ainda, que o estudo foi suscitado a partir de uma experiência de dois anos em campo de estágio, porém o mesmo não tem como método de estudo a pesquisa de campo.

---

[1] O presente estudo partiu de uma experiência em campo de estágio na área de proteção dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social, em instituição de assistência social municipal.

[2] Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte – UNINORTE; Pós-Graduanda em Gestão de Projetos Sociais com Ênfase em Captação de Recursos na Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB; e-mail: jdrlemos_23@live.com, Manaus – AM, 2016.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista legal existe uma série de leis que regulamentam e asseguram os direitos das crianças e adolescentes, tendo em vista serem estes agentes sociais em processo de desenvolvimento físico, psíquico e social, à exemplo temos a Constituição Federal/1988 e ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990. Entretanto, na atual conjuntura percebe-se certa dificuldade em consolidar tais direitos conforme dispostos nestes marcos normativos.

Desta forma faz-se necessário propor o enfrentamento desta problemática a partir do fortalecimento da rede de proteção social Municipal e Estadual, de modo que os direitos da criança e do adolescente sejam viabilizados e resguardados. Uma das formas de se conseguir este feito é a partir do incremento do binômio Intersetorialidade e Multidisciplinaridade, de modo que diferentes setores trabalhem de forma integrada propiciando a fomentação de uma rede de proteção totalmente articulada que possa promover efetivamente o fortalecimento desta proteção social, respeitando o protagonismo e particularidades dos agentes sociais.

Sobre isso destaca-se que o campo das políticas de proteção social, vem sendo solo de atuação de diversos profissionais, dentre estes quero dar visibilidade ao profissional de Serviço Social e Psicologia, atuantes diretamente nas problemáticas oriundas das desigualdades no sentido de atenuar as injustiças sociais.

Ademais, existem vários fatores que contribuem para a prestação de um deficitário serviço de proteção social à população Manauara, à exemplo têm-se as deficiências relacionadas às estruturas institucionais; a escassez de recursos materiais, financeiros e humanos e o despreparo das equipes técnicas no atendimento das demandas, que por vezes é realizado de forma descompromissada e desprovida de qualificação técnica e ética.

Em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS – 2004), as propostas de planejamento e intervenção Intersetorial e Multiprofissional, possibilita o fortalecimento e integralização entre a rede de proteção social, seja em regime básico ou especial.

O fortalecimento da rede de proteção social é extremamente importante, pois de acordo com Kauchakje (2008), quando esta rede de serviços e equipamentos sociais

constitui-se de forma insuficiente ou até mesmo ineficiente, há uma forte tendência desta rede de proteção, contraditoriamente, tornar-se um dos fatores geradores do risco e da vulnerabilidade sociais.

Desta forma é urgente ações interventivas, de caráter Intersetorial e Multiprofissional voltados para o fortalecimento da rede de proteção social, haja vista que, apesar dos direitos das crianças e adolescentes estarem assegurados constitucionalmente, a realidade é que milhares destes sujeitos ainda estão expostos às mais diversas formas de violações de direitos em seus aspectos físicos, emocionais, morais, sexuais, psicológicos e culturais, nos quais estes direitos estão sendo velados pelo silêncio e omissão seja por parte dos entes do estado, sociedade ou da própria família.

Para se modificar essa dura realidade é preciso que o estado cumpra com suas funções protetivas de forma efetiva e qualificada, e o primeiro passo para se buscar esse feito é reconhecer as falhas na efetivação das políticas públicas e perceber que muito já foi feito, mas ainda é preciso avançar muito mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da elaboração do trabalho observou-se as muitas limitações que o atual sistema de proteção social municipal sofre para conseguir efetivar os direitos da criança e do adolescente em Manaus - AM, pois existe certa fragilidade no processo de relação Intersetorial e Multiprofissional, gestando assim uma problemática ainda mais expressiva, que é a precarização, e até mesmo, a ineficiência dos serviços ofertados por esta rede de proteção.

Portanto, fortalecimento da rede de proteção social é um passo importante para minimizar os problemas e mazelas sociais, gestadas pelas injustiças e desigualdades que assolam, sobretudo, os menos favorecidos dentro da lógica excludente e predatória de acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 2. Ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM TEMPOS DE "IDEOLOGIA DE GÊNERO"[1]

SILVA, Ana Claudia Souza da;[2]
RODRIGUES, Michelle de Albuquerque[3]

RESUMO
O cenário atual de ações de interferência de valores religiosos sobre a laicidade do Estado tem trazido importantes consequências, especialmente nas políticas educacionais, sendo necessário pesquisarmos como isto tem se refletido na prática de professoras/es. O presente trabalho tem o objetivo de relatar experiências de formação continuada de professoras/es da Rede Municipal de Ensino de Manaus em educação sexual, e as práticas pedagógicas realizadas por estes junto a suas/seus alunas/os nas escolas. Em nossa metodologia, revimos os relatórios da formação continuada sobre os temas gênero e diversidade sexual, e os relatórios de visitas nas escolas, realizadas pelas autoras. Os resultados, ainda iniciais, demonstram que professoras/es tem conseguido, mesmo com a ameaça das confusões em torno do uso do termo "ideologia de gênero", fazer ações educativas sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada de Professoras/es; Educação sexual; Gênero; "Ideologia de Gênero".

INTRODUÇÃO

A construção do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), seguida dos debates sobre os Planos Estaduais e Municipais de Educação, foi marcada por confusões em torno dos estudos de gênero na Educação Básica. Seguiu-se a isto a apresentação de projetos de lei visando a proibir o trabalho da temática gênero nas escolas: na Câmara Municipal de Manaus, o Projeto de Lei 389/2015 e na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, o Projeto de Lei 102/2016, versão do "Programa Escola sem Partido".

Neste cenário, a formação continuada de professoras/es da Secretaria Municipal de Educação (SEMED / Manaus), sobre Diversidade e Direitos Humanos tem se constituído como fazer desafiador e de potencial contribuinte para a transformação social na luta contra o preconceito e discriminação por orientação sexual / identidade de gênero.

Este trabalho visa a relatar as experiências de formação continuada com professoras/es em educação sexual e as práticas pedagógicas relativas à diversidade sexual e de gênero. Almejamos demonstrar o quanto trabalhar gênero na educação não só

[1] Relato de experiência em docência das autoras no centro de formação continuada de professores: Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério – DDPM, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED / Manaus/AM).
[2] Especialista em Gestão de Currículo e Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Formadora em Educação Sexual e Diversidade. E-mail: eixo5dreiv@hotmail.com
[3] Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Formadora em Educação Sexual e Diversidade. E-mail: michellerodriguespsi@gmail.com

é possível como necessário no enfrentamento das injustiças sociais, citando alguns aportes teóricos e resultados preliminares sobre ações de educação sexual realizadas.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa documental dos registros escritos, realizados pelas autoras, sobre atividades de docência junto às/aos cursistas (relatórios de formação continuada com professoras/es), e sobre visitas realizadas nas escolas em que cursistas estão aplicando os conhecimentos aprendidos em formação junto a seus/as alunos/as (relatórios de visitas). Na formação continuada realizamos discussões sobre: textos teóricos e legislações que amparam o trabalho sobre gênero e diversidade em âmbito educacional; vídeos; dinâmicas de grupos; oficinas; materiais didáticos possíveis de serem utilizados com alunas/os, dentre outros métodos. Referente às visitas nas escolas, auxiliamos professoras/es no planejamento da atividade a ser aplicada com alunos/as; e discutimos os alcances da aplicação da atividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante a realização das formações no ano de 2016, verificamos muitos questionamentos de professoras/es quanto à viabilidade de aplicar pedagogicamente, junto às crianças e adolescentes, os conhecimentos adquiridos. Afirmamos a viabilidade de aplicação apresentando recursos de fácil uso, como literaturas infantis ou dinâmicas grupais, e ressaltamos que a abordagem do tema nas escolas estava amparada em muitas disposições legislativas[4]. Também embasamos nossa atuação em importantes autores/as que trabalham com o tema, como Louro org. (2000) Junqueira org. (2009), Ribeiro org. (2012), entre outras/os, a fim de esclarecer a urgência do trabalho em diversidade sexual e de gênero para uma escola democrática e cidadã.

Tal como em Bortolini et al. (2014), reafirmamos que a diversidade sexual não é sinônima à homo/transexualidade. Com isso esclarecemos que tais práticas pedagógicas são importantes para toda a escola, todos os sujeitos, pois se inserem no teor das relações

[4] Constituição Brasileira (1988), LDBEN (Lei nº 9.394/1996), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei de combate ao *bullying* e ao trote violento nas instituições de ensino do município de Manaus (Lei nº 390/2014), dentre outras.

de gênero, logo, das relações de poder, as quais envolvem e afetam toda a comunidade escolar. Assim, para estes autores/as, o combate à homofobia e à heteronormatividade é necessário não só aos/às alunos/as LGBT, mas a toda a escola.

Furlani (2016) tem nos auxiliado no entendimento do uso do termo "ideologia de gênero" o qual surge principalmente em meio a alguns discursos políticos e religiosos como uma interpretação equívoca das teorias de gênero, que não reflete o que vem se trabalhando pedagogicamente em termos de igualdade de gênero e de direitos humanos nas escolas. Esta "ideologia de gênero" é descrita por tais grupos como uma prática subversiva de educadoras/es que negaria a existência do sexo biológico e teria a intenção de destruir famílias, dentre outros equívocos.

Para além dos temores e mitos advindos com o uso de tal termo, em nossas visitas temos encontrado professoras/es que fazem uma educação sexual Emancipatória e pautada nos Direitos Humanos e Sexuais (FURLANI, 2011). Assim, a abordagem dos temas Prevenção às DST/Aids e à Gravidez na Adolescência; Aborto; Masturbação, e outros comuns em sexualidade, tem sido atrelada ao estudo da Diversidade Sexual e de Gênero e da prevenção à Violência Sexual e de Gênero. Algumas práticas pedagógicas de nossas/os professores/as cursistas nas escolas junto a adolescentes foram: aulas interdisciplinares de ciências naturais, abordando questões de gênero como fatores importantes na constituição das relações afetivo-sexuais; peça teatral protagonizada por alunas/os sobre respeito à diversidade sexual e de gênero; e aula sobre a diferenciação entre os conceitos "sexo biológico", "identidade de gênero" e "orientação sexual", ministrada por alunas a demais estudantes, com o auxílio do professor destas alunas.

Observamos que tal trabalho tem sido realizado por professoras/es representando sua resistência a toda forma de cerceamento: seja da livre abordagem de conhecimentos plurais no espaço escolar, seja da livre docência promotora da cultura de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados, ainda iniciais, demonstram que a formação continuada com professores de diferentes segmentos educacionais, tem tido alcance prático na sala de aula destas/es professoras/es junto a estudantes no combate à violência de gênero em escolas municipais, contribuindo para novos fazeres psicossociais e psicoeducacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLINI, Alexandre Bortolini. et al**. Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola**: Currículo e Prática Pedagógica. [s.l.]: Rio de Janeiro, 2014.

FURLANI, Jimena. "**Ideologia de Gênero**"? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/jimena.furlani>. Acesso em: 31 janeiro 2016.

FURLANI, Jimena. ***Educação Sexual na sala de aula***: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JUNQUEIRA**,** Rogério Diniz (org). ***Diversidade Sexual na Educação***: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. (org). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Cláudia Maria (org). **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da Educação infantil**. Lavras: UFLA, 2012.

MULHERES, HISTÓRIAS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE MULHERES ATENDIDAS NO CREAM EM MANAUS – AM[1]

WOLFF, Clara Mota[2]
CESARINO, Gabriela Estefanie[3]
RAMOS, João Lucas da Silva[4]
REIS, Letícia Souza[5]
BECKER, Maria Alice D'Ávila[6]

RESUMO
A violência contra as mulheres ao longo da história esteve velada. Atualmente, a desigualdade de gênero pode ser exemplificada pela grande quantidade de casos de violência contra a mulher que, frequentemente, não é relatada. Esse estudo busca compreender essa violência por meio de entrevistas com mulheres que procuraram atendimento num serviço conhecido localmente como Centro de Referência Estadual de Apoio à Mulher (CREAM). Participaram deste estudo três mulheres que faziam parte de um grupo de terapia no CREAM, com idades entre 29 e 51 anos, de diferentes origens, núcleos familiares e religiões, porém que compartilhavam a história da agressão sofrida partida de seus parceiros e a perda da autonomia e autoconfiança.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Contra Mulher; CREAM; Perfil Psicossocial.

INTRODUÇÃO

De acordo com um estudo, entre 15% e 71% das mulheres sofrem violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas (GARCIA-MORENO et al, 2005). Esse trabalho teve como objetivo identificar o perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência Estadual de Apoio à Mulher (CREAM), local desenvolvido a partir da Política Nacional de Enfrentamento à Violência (DATASENADO, 2013). A intenção era de conhecer o tema da violência contra mulheres, entender a vivência dessas mulheres e compreender suas relações com os seus parceiros antes e após o ato de violência.

METODOLOGIA

O trabalho realizado foi uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa fazendo uso de um roteiro de entrevista semi-estruturado e recolhimento de dados socioeconômicos. Primeiramente foram encaminhados os documentos necessários para a

1 Projeto de Pesquisa desenvolvido nas disciplinas de Pesquisa em Psicologia I e II durante a Graduação no Curso de Psicologia (FAPSI/UFAM).
2 Graduanda da Faculdade de Psicologia (FAPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – AM, clarawolff93@hotmail.com
3 Graduanda da Faculdade de Psicologia (FAPSI/UFAM), Manaus – AM, gabicesarino16@gmail.com
4 Graduando da Faculdade de Psicologia (FAPSI/UFAM), Manaus – AM, jlucasnilo@gmail.com
5 Graduanda da Faculdade de Psicologia (FAPSI/UFAM), Manaus – AM, reisls@hotmail.com
6 Psicóloga, Doutora em Psicologia (PUC-RS), Professora da Faculdade de Psicologia (FAPSI/UFAM), Manaus – AM, malicebecker1@gmail.com

Secretária de Estado da Justiça Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) com o ofício da Universidade. Tendo em mãos a aprovação do projeto, foi feita uma visita ao CREAM pelos pesquisadores com parte da equipe técnica. Foi realizada a entrevista com todas as mulheres vítimas de violência dispostas a participarem do projeto, mediante assinatura do termo de consentimento livre disponibilizado.

DISCUSSÕES

O trabalho do CREAM se diferencia dos outros centros dentro da rede da de apoio à mulher por desenvolver os acolhimentos iniciados pelas outras unidades. A primeira consulta é feita como uma avaliação do estado mental e há uma breve explanação do caso por parte da paciente atendida.

A primeira a ser entrevistada foi A., de 29 anos, casada e natural de Parintins. Ela não possui renda e vive sozinha atualmente, após ter denunciado o marido pela violência semanal que sofria há cinco anos, que é o tempo do relacionamento. Relata que com duas semanas morando com o parceiro eles tiveram uma discussão e ele a agrediu fisicamente, deixando A. em choque, porém ela não buscou ajuda na época. Após três anos de violência foi até a Delegacia da Mulher e fez um B.O por injúria e violência, entretanto seu marido pediu a reconciliação e ela desistiu de continuar com o processo, por constrangimento e por medo, dando outra chance para o relacionamento. Nos dois anos seguintes a agressão voltou a ocorrer e A., sem saber o que fazer, voltou à Delegacia e pediu um encaminhamento, chegando ao CREAM.

Nossa segunda entrevista foi realizada com L., uma mulher de 51 anos que está numa união estável há 25 anos. Relata ter sofrido violências físicas, verbais e psicológicas desde o início de seu relacionamento de forma constante e dscreve o parceiro como um monstro, que não possui motivo para cometer os atos de violência além da sua maldade. Já havia se separado dele três vezes, mas voltou a viver com o parceiro por medo de encarar a vida, pensando que não conseguiria viver sozinha porque era desempregada. Por ter esse medo nunca tinha procurado ajuda além de duas denúncias na delegacia, mas havia cancelado os processos antes que fossem encaminhados.

A terceira entrevistada foi G., de 39 anos, que é casada há menos de um ano, tendo se casado em 2015. A sua relação com o marido começou por meio da igreja, quando G. ainda estava casada com o seu ex-marido. Ela conta que, devido ao seu passado com outro

parceiro violento e um pai abusivo, afirmou que não toleraria qualquer agressão. Porém, após uma discussão, o marido de G., que no momento foi descrito como alcoolizado, a ameaçou e tentou agredi-la. Conta que o seu marido pediu desculpas após a denúncia e que prometeu que faria o possível para que eles pudessem reatar seu relacionamento, inclusive prometendo fazer psicoterapia para que tivessem uma reconciliação, algo que G. concordou.

Condizente com a literatura já existente, as mulheres entrevistadas sofreram violência psicológica e física principalmente (ADEODATO et al, 2005; GADONI-COSTA et al, 2011) e as duas primeiras entrevistadas dependem da ajuda de familiares ou terceiros, não possuindo renda própria ou com renda própria muito baixa (BRUSCHI et al, 2006). Apesar da amostra pequena, é visto também que as duas primeiras entrevistadas se diferenciam por não terem presenciado ou sofrido atos de violência durante a infância, fator relativamente comum nos casos relatados (GADONI-COSTA et al, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias das mulheres entrevistadas mostram uma pequena parcela das dificuldades pelas quais as vítimas de violência passam. Os possíveis problemas psicológicos e os traumas são sempre fatores que pesam muito, além do medo e insegurança para que ocorram as denúncias. É preciso fortalecer a rede de apoio para que mais mulheres tenham condições de saírem de relacionamentos violentos e abusivos, sempre dando suporte a auxiliando na segurança e no desenvolvimento da confiança para que exista uma vida após a violência sofrida.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, V.G.; CARVALHO, R. R.; SIQUEIRA, V. R.; SOUZA, F. G. Q**ualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 108-113, Jan 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 abr 2016.

BRASIL. DataSenado. Secretaria de Transparência. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Brasília: Secretaria de Transparência, 2013.

BRUSCHI, A.; DE PAULA, C. S.; BORDIN, I. **Prevalência e procura de ajuda na**

violência conjugal física ao longo da vida. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 256-264, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000200011>. Acesso em: 8 mai 2015

GADONI-COSTA, L. M., ZUCATTI, A.P.N., DELL'AGLIO, D. D. **Violência contra a mulher: levantamento de casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227. Abr/Jun 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>. Acesso em: 7 mai 2015

GARCIA-MORENO, C., et al. **WHO Multi-Country study on women's health and domestic violence against women**. Geneva, World Health Organization, 2005.

AS RELAÇÕES PRODUTIVAS E A PERCEPÇÃO SOCIAL DOS MÚLTIPLOS PAPÉIS SOCIAIS DA MULHER[1]

OLIVEIRA, Aline Kássia Lima de[2]
SOUZA, Cristiane da Costa
SILVA, Luana Gomes da
PEIXOTO, Silvia Nascimento
ARAÚJO, Tâmis do Santos Oliveira

RESUMO

A sociedade passa por processos de transformação de suas relações sociais, conforme o encadeamento histórico, no cerne desta dinâmica está o trabalho promovendo modificações estruturais e socioeconômicas. Este estudo assume o propósito de identificar nas relações produtivas a construção dos múltiplos papéis da mulher no contexto histórico e contemporâneo; os aspectos sociais que tornaram as mulheres indivíduos superexplorados na perspectiva da psicologia social; as transformações e permanências culturais que reforçam a ideologia patriarcal. O trabalho possibilita ao homem realizar-se enquanto ser social e para poder suprir suas necessidades de existência. A produção material determina o desenvolvimento social que conforme a época histórica produz os indivíduos sociais.
PALAVRAS CHAVES: MULHER, TRABALHO, HOMEM, SOCIAL.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral identificar a mulher no âmbito das relações produtivas e sociais como indivíduo superexplorado que exercem múltiplos papeis nas esferas pública e privada. Faremos uma reflexão sobre a relação de trabalho na constituição do ser social contextualizando o processo histórico de construção e percepção social da figura da mulher na família com a perspectiva da psicologia social relacionando as transformações e permanências culturais que reforçam a ideologia patriarcal.

O trabalho considerado a força motriz do sistema capitalista que determina o ser social estabelece a relação do homem com a sociedade. Ele exerce uma força vital nas esferas sociais, alterando as estruturas socioeconômicas. Para Marx (apud SELL, 2012), é através do trabalho que o homem supera sua condição de ser apenas natural e cria uma nova realidade: a vida social. Na psicologia social, encontramos as respostas aos múltiplos papéis impostos à figura feminina, através do conceito das representações sociais. Conforme Alexandre (2004), é uma modalidade, porque não é todo conhecimento que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas. A mulher ao se inserir no mercado de trabalho, alterou as estruturas conservadoras e conquistou espaços antes dominados pelo homem contestando séculos de ideologia patriarcal.

---

[1] Pesquisa desenvolvida a partir da disciplina de Serviço Social na Área da Família do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.
[2] Acadêmicas do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus/AM. E-mail: alineklo@hotmail.com.

METODOLOGIA

Metodologia, segundo Minayo (2015), é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Partindo desse pressuposto, a pesquisa foi seccionada em fases operacionais, para melhor dar conta do estudo em questão. O estudo teve pesquisa bibliográfica, comportou fichamentos e resumos que contribuíram para a construção do estudo corroborado por nossa experiência cotidiana.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No primeiro momento, façamos uma análise do ser social e o trabalho como ato fundante das necessidades sociais. A sociedade passa por processos de transformação de suas relações sociais conforme o encadeamento histórico, no cerne desta dinâmica está o trabalho promovendo modificações estruturais e socioeconômicas. Consoante Antunes (2006), o trabalho é a relação do homem com a natureza, onde o homem se difere dos animais por sua capacidade teleológica. O trabalho possibilita ao homem realizar-se enquanto ser social e para suprir suas necessidades de existência. A produção material determina o desenvolvimento social que conforme a época histórica produz os indivíduos sociais.

De acordo com Iamamoto (2014), o capital é determinante da relação social, que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social. A partir desse olhar do trabalho, como determinante das necessidades humanas, iremos analisar a mulher, inserida no mercado de trabalho e responsável pelos cuidados da família e do lar. As relações produtivas estabelecidas na sociedade contemporânea tornam a mulher alienada à sua condição social de expropriada de suas capacidades humanas, por ser detentora de múltiplas funções sociais. À mulher coube a responsabilidade do cuidar do lar e familiar, inserida no mercado de trabalho, segue o estigma dos múltiplos papéis sociais. Áries (1983) evidencia que no século XIV inicia o processo de subordinação e de submissão da mulher ao marido. No século XVI, a mulher passa a ser incapaz de responder por suas ações perante a sociedade.

Para Santos (2015), faz-se necessário problematizar a condição de subalternidade vivenciada por mulheres na dupla jornada de trabalho. Essa imposição dos papéis sociais da mulher deve ser compreendida no contexto das representações sociais. As representações sociais exercem papel fundamental na construção da relação do indivíduo

com a sociedade. Segundo Santos (2015), devido ao fato do trabalho doméstico não ser gerador de valor, ele é ignorado pelos companheiros dessas mulheres. Todavia, a não percepção desse trabalho se estende aos outros familiares e ainda é reforçada por algumas instituições sociais e meios de comunicação como uma obrigação da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher exerce múltiplos papéis sociais na contemporaneidade. No seio familiar, encontramos a centralização dos papeis na mulher, tenha a ela configuração que tiver, quase sempre haverá uma mulher para cuidar do lar e da família. Não obstante, essa relação de gênero passa por transformações, a mulher enfrenta desafios para remodelar a visão de seu ser social, tendo em vista que é ensinada e educada conforme os papeis construídos socialmente, a mudança consiste na desconstrução desses papéis.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. **Representação Social**: uma genealogia do conceito. __IN:Comum Rio de Janeiro. V. 10, n.23, p. 122 a 138. Julho / Dezembro 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

CASTTELLS, M. **A questão urbana.** Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro e questão social, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANTOS, Taysa Silva. A Condição Feminina: Dupla Jornada de Trabalho. __IN: **Revista Conexões Geraes** / Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. v. 3, n.6 (2015). Belo Horizonte: CRESS 6° Região, 2015.

DO PORTÃO PARA DENTRO E DO PORTÃO PARA FORA: A VIDA DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa[1]
ARAÚJO, Mylane Lima de Brito[2]
FERNANDES, Thatyanny Gomes[3]

RESUMO
Este trabalho relata as atividades práticas do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Faculdade Martha Falcão - DeVry realizadas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus - AM. As propostas de intervenção do psicólogo escolar desenvolvidas neste estágio fundamentavam-se em uma perspectiva histórica e cultural. Propor, portanto, ações neste contexto, implicava em investigar de forma comprometida os elementos sociais envolvidos na cultura escolar como crenças, conhecimentos, costumes, valores, entre outros, para sugerir ações direcionadas ao processo de emancipação e conscientização humana em contextos de vulnerabilidade. Frente ao exposto, a intervenção na escola teve dois objetivos: (1) conhecer o contexto de vida dos estudantes; (2) investigar a visão da escola acerca das situações de vulnerabilidade social dos seus alunos. Diante desta realidade, acredita-se que uma das ações do psicólogo escolar encontra-se em promover espaços de reflexão sobre a realidade de vida dos alunos, discutindo temas associados a violência, família e comunidade escolar.
PALAVRAS-CHAVE: Adolescente; Escola; Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

De acordo com Sant'Ana, Euzébio Filho e Guzzo (2010) o desenvolvimento humano deve ser compreendido, entre outros aspectos, por meio da relação dialética entre a história e o complexo processo de constituição humana. Acrescenta-se a esta visão, o sujeito como um ser capaz de ressignificar sua realidade e de modificar sua história.

Nessa perspectiva, Freire (1996) esclarece que o diálogo e a não imposição de poder favorece a autonomia do sujeito e o torna ativo diante de sua própria história de vida. Decorrente da proposta deste educador, busca-se na escola relações dialógicas com os adolescentes visando a sua participação e liberdade de escolha. A escola que não conhece a história de vida dos estudantes ou que não propicia espaços de problematização e de participação, bloqueia o processo de conscientização e, concomitantemente, de emancipação humana.

Com base nestas reflexões, o psicólogo escolar que almeja o desenvolvimento de homens livres, críticos e sujeitos de sua história, precisa compreender a realidade dos estudantes e favorecer o diálogo neste ambiente. Assim, neste cenário desejado, os estudantes ocupam o lugar de protagonistas e não de meros expectadores.

[1] Psicóloga. Doutora em Psicologia (PUC-Campinas). Professora da Faculdade Martha Falcão – DeVry, Manaus – AM. E-mail: adinetecosta@hotmail.com
[2] Graduanda de Psicologia pela Faculdade Martha Falcão – Devry, Manaus – AM. E-mail: mylane_lima@hotmail.com..
[3] Graduanda de Psicologia pela Faculdade Martha Falcão – Devry, Manaus – AM. E-mail: thaty_tgf@hotmail.com.

METODOLOGIA

O Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional ocorreu em uma Escola Municipal de Manaus, no período de 23 de Março a 13 de Junho de 2016. Tinha-se como objetivo participar e conhecer o cotidiano escolar, por meio do diálogo com adolescentes e equipe escolar. E na busca pela emancipação humana, foram desenvolvidas atividades que promovessem o processo de conscientização e autonomia, aspectos fundamentais para o desenvolvimento psicossocial.

Para alcançar estes objetivos, primeiramente era apresentado o serviço de Psicologia para sanar eventuais dúvidas acerca da ação deste profissional na escola e em seguida, dava-se início ao processo de observação e participação das atividades desenvolvidas neste ambiente, bem como, eram realizadas conversas individuais com estudantes, familiares, professores e equipe gestora.

Durante o contato na escola, todas as ações neste contexto eram registradas nos Diários de Campo que ficavam sob a responsabilidade da equipe de Psicologia. Com base no Código de Ética, estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia, preservou-se o sigilo das informações e a identidade dos integrantes da escola. Os diários de campo serviram como instrumentos de análise para investigar os elementos sociais envolvidos na cultura escolar como crenças, conhecimentos, costumes, valores, entre outros, com o objetivo de: (1) conhecer o contexto de vida dos estudantes; (2) investigar a visão da escola acerca das situações de vulnerabilidade social dos seus estudantes.

DISCUSSÃO

Com base na análise de 30 Diários de Campos observou-se que o contexto de vida dos estudantes era marcado por situações de exclusão, negligência, desemprego dos pais e violência. A comunidade, no geral, vivia um contexto de precárias condições sociais, que estavam estritamente ligadas a instáveis condições de alimentação, saúde e escolarização, o que tornava-se frequente nos relatos dos alunos, histórias acerca de envolvimento com drogas e atos infracionais.

Os educadores, em geral, carregados de sua história pessoal, apresentavam dificuldades em compreender a realidade dos alunos e, as vezes, teciam um discurso ou pensamento baseados em suas próprias experiências e realidade de vida. Assim, as explicações aos comportamentos considerados inadequados eram atrelados ao âmbito familiar, responsabilizando este segmento social por não transmitir os denominados

valores básicos, como: respeito, compromisso, tolerância, empatia, entre outros. Vale destacar, que diante desta realidade, alguns professores encontravam-se desmotivados em oferecer atividades diversificadas por não acreditarem no envolvimento e no comprometimento dos alunos.

De acordo com as pesquisas de Euzébio Filho e Guzzo (2006) e Sant'Ana, Costa e Guzzo (2008) a vulnerabilidade social e os fatores de proteção não podem ser analisados de forma mecânica, descontextualizados, a-históricos e individualizados. Com base nesta experiência de estágio, conhecer e compreender o desenvolvimento dos estudantes para além dos muros da escola é ainda um grande desafio para os professores e para todos que atuam no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas na área escolar têm enfatizado a importância de oferecer um olhar diferenciado para as questões que circunscrevem o desenvolvimento humano (EUZÉBIO FILHO, GUZZO, 2006; SANT'ANA, COSTA, GUZZO, 2008; SANT'ANA, EUZÉBOS FILHO, GUZZO, 2010). Diante desta perspectiva, acredita-se que uma das ações do psicólogo escolar encontra-se em promover espaços de reflexão sobre a realidade de vida dos alunos, discutindo temas associados a violência, família e escola. Para isto, deve-se conhecer o estudante do portão para dentro e do portão para fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EUZÉBIO FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Sousa Lobo. Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p.125-141, dez. 2006.

FREIRE, Paulo. (1996). **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Coleção Saberes. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

SANT`ANA, Izabella Mendes; COSTA, Adinete Sousa da; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola e vida: compreendendo uma realidade de conflitos e contradições. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 2, n. 2, São João Del-Rei, p. 302-11, fev. 2008.

SANT`ANA, Izabella Mendes; EUZÉBIO FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O papel do psicólogo escolar no ensino fundamental. **Extensão em Foco**, Curitiba, n.5 p. 111-120, jan./jun. 2010.

OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa[1];
OLIVEIRA, Tatiana Souza de[2];
SANTOS, Vinícius Nunes dos[3]

RESUMO
Este trabalho visa compartilhar uma experiência de intervenção desenvolvida no Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizada em uma Escola Municipal da Zona Sul de Manaus-AM. Geralmente, a mudança de ciclo escolar traz bastante ansiedade e insegurança aos alunos, fazendo-se necessário um relacionamento mais próximo entre o corpo docente e o discente. Diante desta demanda, e pautados em uma perspectiva de emancipação, autonomia e fortalecimento, a prática na escola teve como objetivo primordial fortalecer os adolescentes diante das mudanças do ciclo escolar. Trabalhar a fase de transição escolar promove um maior acolhimento às necessidades emocionais dos alunos e os aproximam dos professores. O psicólogo escolar precisa verificar quais são as situações no contexto escolar que provocam o sofrimento psíquico do sujeito e que impedem o seu bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar. Fortalecimento. Ciclo Escolar.

INTRODUÇÃO

Até recentemente, a escola se ocupava apenas das áreas denominadas acadêmicas, pois sua função consistia, somente, em ensinar e avaliar os alunos com o objetivo de classificá-los e selecioná-los. Porém, o bem-estar emocional e social dos alunos é fundamental em si mesmo, e incentivá-lo deve ser um dos objetivos da escola (LÓPEZ, 2004). A escola e outros mecanismos públicos, em suas diferentes instâncias, detêm o poder institucionalizado de zelar pela vida de crianças e adolescentes, oferecendo-lhes condições e cuidados que favoreçam o desenvolvimento psicossocial saudável (SANT`ANA; COSTA; GUZZO, 2008).

Nesse intuito, a prática escolar teve por objetivo geral acompanhar e promover o desenvolvimento social dos adolescentes matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental, numa perspectiva de autonomia, emancipação e fortalecimento. Especificamente, fortalecer os adolescentes diante das mudanças de ciclo escolar.

[1] Psicóloga. Doutora em Psicologia (PUC-Campinas). Professora da Faculdade Martha Falcão – DeVry, Manaus-AM. E-mail: adinetecosta@hotmail.com.
[2] Psicóloga pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus-AM. E-mail: tati.olliveira@yahoo.com.br.
[3] Psicólogo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus-AM. E-mail: vinicius_nunesdossantos@hotmail.com.

METODOLOGIA

O Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional ocorreu em uma Escola Municipal da Zona Sul de Manaus, no período de janeiro a maio de 2016. Toda a prática realizada foi registrada através de diários de campo. O material produzido durante o estágio esteve sob a guarda dos estagiários, preservando-se o sigilo das informações prestadas pelos alunos. Os diários de campo ocuparam lugar de destaque na prática escolar, pois através de suas análises surgiram novas indagações que delinearam o desfecho do estágio nessa Escola. As intervenções realizadas na sala de aula contaram com, aproximadamente, 23 alunos com idades entre 11 e 14 anos, sendo 12 meninas e 11 meninos.

O levantamento da demanda foi realizado através de conversas com os alunos do 6º ano, seus professores, e a direção da escola e, também, com base na observação dos estagiários, direcionadas ao relacionamento social dos adolescentes. Diante disso, foram elaboradas propostas voltadas à fase de transição do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II.

DISCUSSÃO

Com o intuito de identificar nestes adolescentes os sentimentos presentes nessa nova fase escolar, apresentamos seis palavras escritas: alegria, tristeza, raiva, medo, esperança e fé. Dentre esses seis sentimentos/emoções, os grupos de alunos deveriam escolher dois que representassem o que vivenciaram no 5º ano e dois para o que estavam vivenciando no 6º ano. Com relação aos sentimentos presentes no 5º ano, os grupos (*n)* apontaram: alegria (n=4); raiva (n=2); esperança (n=1); medo (n=1). A respeito da experiência no 6º ano, os grupos verbalizaram medo (n=3), tristeza (n=2), alegria (n=1) e esperança (n=1). A alegria vivenciada no 5º ano relacionou-se ao fato de terem, apenas, uma professora, ministrando todas as disciplinas, e que os elogiava depois dos trabalhos escolares. Por outro lado, o 6º ano causava-lhes medo e tristeza, pois as novas disciplinas, os novos professores e as novas atividades acadêmicas deixavam-lhes dúvidas se conseguiriam, ou não, apreender todo o conteúdo e passar para outra série.

Em países como Portugal, por exemplo, essas mudanças do ciclo escolar também causam bastante angústia nos alunos. Quando começam as mudanças da adolescência em

nível físico, emocional e social, as crianças encontram-se num ambiente escolar diferente do que estavam acostumadas. Para alguns, essa mudança marca a descida em espiral em relação ao rendimento acadêmico, desistência escolar e outros problemas (BENTO, 2007).

Muitas dessas emoções e sentimentos elencados se dão pelo relacionamento que os professores do 6º ano mantêm com a sua turma. O tempo restrito das aulas, a quantidade de turmas, impossibilita que o professor de 6º ano tenha o mesmo relacionamento que o professor do 5º ano, que dispunha de mais tempo com a turma, favorecendo uma rotina de aproximação e conhecimento (ALMEIDA, 2012). A autora ainda comenta que o aluno apresenta dificuldade de adaptação da nova estrutura e têm que se ajustar a vários professores, disciplinas específicas com horário de aula restrito e horários diferentes a cada dia da semana e livros didáticos em substituição às apostilas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a fase de transição escolar promove um maior acolhimento às necessidades emocionais dos alunos e os aproximam dos professores. O psicólogo escolar precisa verificar quais são as situações no contexto escolar que provocam o sofrimento psíquico do sujeito e que impedem o seu bem-estar. Fortalecer os alunos e conscientizar os professores sobre esse processo de transição evita o desencadeamento de relações opressoras e violentas.

Dessa forma, a intervenção apenas com os alunos não é o suficiente. Torna-se necessário incluir os educadores neste processo interventivo, para prevenir os problemas psicossociais oriundos de um contexto social violento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Telma Cristina Vitta de. **Escola e família:** a necessária parceria na transição dos alunos do quinto para o sexto ano. Ribeirão Claro: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2012.

BENTO, Antonio V. Efeitos das transições de ciclo e mudanças de escola: perspectivas dos alunos do 5º ano (2º ciclo). In: SOUSA, J; FINO, C. (Orgs). **A escola sob suspeita.** Porto: Edições Asa, 2007.

LÓPEZ, Félix. Problemas afetivos e de conduta na sala de aula. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; cols. **Desenvolvimento psicológico e**

educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed. 3 v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANT`ANA, Izabella Mendes; COSTA, Adinete Sousa da; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola e vida: compreendendo uma realidade de conflitos e contradições. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 2, n. 2, São João Del-Rei, p. 302-11, fev. 2008.

RELACIONAMENTOS SOCIAIS: O EU E O OUTRO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa[1]
SILVA, Marcely Ingrid Dantas da[2]
COSTA, Síria Bezerra da[3]

RESUMO
Este trabalho relata as atividades práticas do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Faculdade Martha Falcão - DeVry realizadas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus – AM. A proposta de intervenção na escola tinha como objetivo promover o desenvolvimento social e emocional dos estudantes. De acordo com a demanda apresentada pela escola, os relacionamentos entre os estudantes eram permeados por conflitos exigindo do serviço de Psicologia uma ação preventivista e crítica acerca dos elementos que favoreciam este tipo de relação no âmbito escolar. Diante do exposto, foram realizadas oficinas com os alunos do 6º ano com idade entre 10 e 11 anos. Estas intervenções eram pautadas na perspectiva histórica e cultural, o qual buscava-se explorava os sentidos e os significados que os alunos atribuíam aos diversos tipos de relacionamentos presentes na escola. Em geral, os resultados nestas atividades apontaram que a diversidade de opinião e a imposição de situações eram desencadeadores de comportamentos agressivos entre os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicólogo Escolar, Desenvolvimento, Relacionamento Social

INTRODUÇÃO

Este trabalho utiliza a perspectiva materialista Histórica e Cultural para compreender a importância das relações sociais no processo de constituição do sujeito como ser ativo e histórico. Acrescenta-se a esta visão, a contribuição de Mello (2004) ao afirmar que "as funções psíquicas humanas, antes de se tornarem internas ao individuo, precisam ser vivenciadas nas relações entre as pessoas" (p.14), isto é, o desenvolvimento ocorre por meio da interação com o outro, de forma dialética.

Pensando ainda sobre a importância de investigar as diferentes formas de relação social nos espaços escolares, as pesquisadoras Mezzalira, Silva e Guzzo (2014), informam que as relações de poder, baseadas em preconceitos, estereótipos e humilhações dificultam a participação do sujeito na construção de sua história. Por isto, o psicólogo escolar que almeja o processo de conscientização deve identificar elementos psicossociais presentes nos relacionamentos e propor novas formas de interações atreladas ao respeito, a dignidade e a libertação.

METODOLOGIA

O Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional ocorreu em uma Escola Municipal de Manaus, no período de Março a Junho de 2016. Tinha-se como objetivo conhecer e intervir no cotidiano escolar, por meio do diálogo com adolescentes e equipe escolar. Para alcançar

[1] Psicóloga. Doutora em Psicologia (PUC-Campinas). Professora da Faculdade Martha Falcão – DeVry, Manaus-AM. E-mail: adinetecosta@hotmail.com
[2] Graduanda de Psicologia pela Faculdade Martha Falcão – Devry, Manaus – AM. E-mail: marcelyintec@gmail.com
[3] Graduanda de Psicologia pela Faculdade Martha Falcão – Devry, Manaus – AM. E-mail: siriabcosta@gmail.com

estes objetivos, primeiramente era apresentado o serviço de Psicologia e em seguida, dava-se início ao processo de observação e participação das atividades desenvolvidas neste ambiente com o objetivo de levantar a demanda da escola.

De acordo com as observações feitas na escola percebeu-se que os alunos atribuíam diversos sentidos e significados aos acontecimentos ocorridos na instituição tanto voltado para com os colegas quanto aos professores. Diante desta demanda, foram realizados 10 encontros com os estudantes do 6º ano na sala de aula com idades entre 10 e 11 anos.

Em cada um destes encontros era debatido um tema por meio de instrumentos como: livros, mídia, vídeos, questionários e dinâmicas. Ao início de cada atividade era realizado uma ponte com o subtema da semana anterior como forma de relembrar a temática trabalhada. No término de cada oficina era realizado um momento de reflexão com os alunos, como vistas a promover o diálogo e, assim, favorecer a fala e a escuta entre os integrantes.

DISCUSSÃO

A presença de manifestações de violência, tanto física quanto psicológica, eram marcantes nos relatos dos alunos. Frente a esta situação, foi realizada uma oficina direcionada aos relacionamentos sociais no contexto escolar. Nestas atividades, explorava-se os sentidos e os significados que os alunos atribuíam aos diversos tipos de relacionamentos presentes na escola. Almejava-se com isto, desenvolver o senso critico e por, conseguinte, a conscientização dos alunos com relação aos comportamentos manifestos nestes espaços.

Em geral, os resultados nesta atividade apontaram que a diversidade de opinião e a imposição de situações eram desencadeadores de comportamentos agressivos entre os alunos. Em algumas situações ouvia-se: “vocês só me colocaram com gente burra’’ ou “não gosto do jeito como alguns professores falam com a gente”. Durante todas as atividades, tinha-se a preocupação em fazê-los refletir sobre o papel do outro no processo de desenvolvimento, de como a interação atrelada ao individualismo, a competitividade e a indiferença produzia relacionamentos adoecidos, tendo em vista que o desenvolvimento social e emocional ocorre por meio da interação com o outro, de forma dialética.

Nesse sentido, pensando no papel do psicólogo escolar, a pesquisa de Sousa et al (2014) evidencia a importância de investir no diálogo, em que por meio da fala e da escuta irão emergir as contradições e a reconfiguração de sentidos e significados acerca da experiência escolar. De modo a transformar relacionamentos conflituosos em encontros mais saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuar numa perspectiva de conscientização e emancipação humana exige do psicólogo ações coletivas no âmbito escolar, pois apenas o acompanhamento individual de crianças e adolescentes não é o suficiente para promover novas formas de interação. Assim, refletir sobre as relações sociais na escola exige mudanças de paradigmas, em que o aluno antes visto como o único responsável pelos comportamentos manifestos, agora é visto dentro de um sistema em que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo são responsáveis pela manutenção de relacionamentos alienados.

Como ressalta Andaló (1984) o psicólogo na escola possui um papel de agente de mudanças, que procura desfocar a atenção sobre o aluno como única fonte de dificuldades, único culpado pela crise geral da escola, propiciando uma visão mais global e mais compreensiva desta crise, procurando considerar todos os seus aspectos e conjuntamente, encontrar formas e alternativas de enfrentá-la.

REFERÊNCIAS

ANDALÓ, Silvia C. . O papel do psicólogo escolar. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Ano IV, n.1, p. 43-46, 1984.

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; SILVA, Maria Áurea Pereira; GUZZO, Raquel Souza Lobo. As contradições dos bastidores da educação de jovens e adultos: elementos de histórias de vida e expectativas de mudanças. Em GUZZO, Raquel Souza Lobo (Org). **Psicologia Escolar:** desafios e bastidores na Educação pública. Campinas, Alínea, 2014, p. 135 – 150.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan; PETRONI, Ana Paula; DUGNANI, Lilian Aparecida Crus; BARBOSA, Eveline Tonelotto; ANDRADA, Paula Costa. O psicólogo na escola e com a escola: a parceria como forma de atuação promotora de mudanças. Em GUZZO, Raquel Souza Lobo (Org). **Psicologia Escolar:** desafios e bastidores na Educação pública. Campinas, Alínea, 2014, p. 27 – 54.